

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR – CONJUNTO
2024/2025**



Trabalho de Investigação Individual

**A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE A RÚSSIA/CHINA E OS PAÍSES
AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Luís Teixeira Pinto
MAJOR, CAVALARIA**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A COOPERAÇÃO MILITAR ENTRE A RÚSSIA/CHINA E
OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL
PORTUGUESA**

MAJOR, CAVALARIA Luís Teixeira Pinto

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2024/2025

Pedrouços 2025



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS

**A cooperação militar entre a Rússia/China e os países africanos
de língua oficial portuguesa**

MAJOR, CAVALARIA Luís Teixeira Pinto

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2024/2025

Orientador: MAJOR, CAVALARIA Ricardo Coelho

Co-orientador: TENENTE-CORONEL, ARTILHARIA Rosa Calhaço

Pedrouços 2025



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu **Luís Fernando Sousa Teixeira Pinto**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A cooperação militar entre a Rússia/China e os países Africanos de língua oficial portuguesa**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida, enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **23 de junho de 2025**

MAJ CAV Luís Fernando Sousa Teixeira Pinto



Agradecimentos

Sendo este trabalho o culminar de um curso com cerca de um ano e meio de exigência académica e profissional, cumpre-me agradecer a todas as pessoas que me acompanharam, não apenas na elaboração deste estudo, mas também ao longo de toda esta jornada.

Em primeiro lugar, aos meus camaradas auditores, com quem partilhei incontáveis horas de trabalho, estudo, discussão e verdadeira camaradagem, o meu sincero reconhecimento.

Ao meu orientador, Major Ricardo Coelho, agradeço profundamente a dedicação, o espírito crítico e o apoio constante, não só no âmbito deste trabalho, mas também ao longo de todo o meu percurso militar.

Uma palavra igualmente de agradecimento ao Senhor Tenente-Coronel Rosa Calhaço pelos contributos positivos e pela partilha generosa do seu conhecimento.

A todos os entrevistados que gentilmente aceitaram colaborar, contribuindo com informação essencial para esta investigação, deixo também o meu reconhecimento. Agradeço, em particular, aos que, mesmo não tendo sido citados diretamente no trabalho, ajudaram a compreender melhor contextos e realidades complexas e enriqueceram de forma significativa a análise.

Por fim, mas de forma muito especial, à minha mulher e ao meu filho, que são, muitas vezes, os que mais sentem o peso da carreira que escolhi, mas que, mesmo assim, continuam a ser o meu maior apoio.

A todos, o meu sincero obrigado.



Índice

1. Introdução	1
2. Enquadramento teórico e conceptual	4
2.1. Estado da arte.....	4
2.2. Base conceptual	5
2.2.1. Instrumentos de Poder.....	5
2.2.2. Cooperação no Domínio da Defesa	6
2.3. Modelo de Análise	7
3. Metodologia e método	9
3.1. Metodologia	9
3.2. Método	9
3.2.1. Participantes e procedimento	9
3.2.2. Instrumentos de recolha de dados	10
3.2.3. Técnicas de tratamento de dados	10
4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados.....	11
4.1. A aplicação dos instrumentos de poder como complemento da cooperação militar13	
4.1.1. Angola.....	13
4.1.2. Moçambique	17
4.1.3. Síntese Conclusiva	20
4.2. Riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa	21
4.2.1. Angola.....	21
4.2.2. Moçambique	23
4.2.3. Síntese Conclusiva	24
4.3. Impactos da cooperação militar da China e Rússia com Angola e Moçambique na CDD nesses países	25
5. Conclusões	29
Referências Bibliográficas.....	32

Índice de Apêndices

Apêndice A – Guião de entrevista semiestruturada de Angola/Moçambique.....	Apd A-1
----------------------------------------------------------------------------	---------



Apêndice B – Modelo de grelha de entrevista Angola/Moçambique.....	Apd B-1
Apêndice C – Listagem de entrevistados	Apd C-1
Apêndice D – Síntese das respostas às entrevistas de Angola com unidades de contexto e de registo.....	Apd D-1
Apêndice E – Síntese das respostas às entrevistas de Moçambique com unidades de contexto e de registo	Apd E-1
Apêndice F – Unidades de Registo e Unidades de Enumeração.....	Apd F-1
Apêndice G – Extratos dos Programas-quadro de Angola e Moçambique.....	Apd G-1

Índice de Figuras

Figura 1 – Presença militar russa em África.....	13
Figura 2 - Expansão portuária chinesa em África	17

Índice de Quadros

Quadro 1 - Modelo de análise.....	7
Quadro 2 – Resumo das respostas que contribuem para a QD1.....	20
Quadro 3 - Resumo das respostas que contribuem para a QD2	25
Quadro 4 – Matriz SWOT dos impactos para a CDD portuguesa.....	26
Quadro 5 - Modelo de grelha de entrevista Angola/Moçambique	Apd B-1
Quadro 6 - Lista de entrevistados versão Angola.....	Apd C-1
Quadro 7 - Lista de entrevistados versão Moçambique	Apd C-1
Quadro 8 – Excerto respostas à Q1 (Angola).....	Apd D-1
Quadro 9 - Excerto respostas à Q2 (Angola).....	Apd D-2
Quadro 10 - Excerto respostas à Q3 (Angola).....	Apd D-3
Quadro 11 - Excerto respostas à Q4 (Angola).....	Apd D-3
Quadro 12 - Excerto respostas à Q5 (Angola).....	Apd D-4
Quadro 13 - Excerto respostas à Q6 (Angola).....	Apd D-5
Quadro 14 - Excerto respostas à Q7 (Angola).....	Apd D-5
Quadro 15 - Excerto respostas à Q8 (Angola).....	Apd D-6
Quadro 16 - Excerto respostas à Q9 (Angola).....	Apd D-7
Quadro 17 - Excerto respostas à Q1 (Moçambique)	Apd E-1
Quadro 18 - Excerto respostas à Q2 (Moçambique)	Apd E-1
Quadro 19 - Excerto respostas à Q3 (Moçambique)	Apd E-2



Quadro 20 - Excerto respostas à Q4 (Moçambique)	Apd E-2
Quadro 21 - Excerto respostas à Q5 (Moçambique)	Apd E-3
Quadro 22 - Excerto respostas à Q6 (Moçambique)	Apd E-3
Quadro 23 - Excerto respostas à Q7 (Moçambique)	Apd E-4
Quadro 24 - Excerto respostas à Q8 (Moçambique)	Apd E-4
Quadro 25 - Excerto respostas à Q9 (Moçambique)	Apd E-5
Quadro 26 – Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 1	Apd F-1
Quadro 27 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 2	Apd F-1
Quadro 28 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 3	Apd F-1
Quadro 29 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 4	Apd F-1
Quadro 30 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 5	Apd F-1
Quadro 31 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 6	Apd F-2
Quadro 32 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 7	Apd F-2
Quadro 33 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 8	Apd F-2
Quadro 34 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 9	Apd F-2



Resumo

Este trabalho analisou o impacto da cooperação militar da China e da Rússia com Angola e Moçambique na Cooperação no Domínio da Defesa promovidas por Portugal. A investigação centrou-se na forma como os instrumentos de poder diplomático, informacional, militar e económico complementam esta cooperação e nos riscos e desafios que delas decorrem. Utilizou-se uma metodologia qualitativa, baseada em revisão documental e bibliográfica, complementada por entrevistas semiestruturadas a oficiais e peritos portugueses com ligação direta à Cooperação no Domínio da Defesa com Angola e Moçambique. Os resultados mostram que, embora a cooperação militar chinesa e russa não interfira diretamente com a portuguesa, contribui para um contexto mais complexo, condicionado por influências externas e desafios de interoperabilidade. Conclui-se que a presença de conselheiros russos em Angola e o crescente investimento económico chinês podem afetar, a médio prazo, a autonomia estratégica dos países africanos e o espaço de atuação da cooperação portuguesa. A Cooperação no Domínio da Defesa portuguesa, centrada na formação e na promoção de valores democráticos, continua a ser valorizada, mas requer reforço, adaptação e maior projeção para manter a sua relevância.

Palavras-chave: Cooperação militar; China; Rússia; PALOP; Portugal



Abstract

This study analysed the impact of China and Russia's military cooperation with Angola and Mozambique on the defence cooperation promoted by Portugal. The research focused on how diplomatic, informational, military and economic instruments complement this cooperation and, on the risks, and challenges that arise from it. A qualitative methodology was used, based on documentary and bibliographic review, complemented by semi-structured interviews with Portuguese officials and experts directly involved in defence cooperation with Angola and Mozambique. The results show that, although Chinese and Russian military cooperation does not directly interfere with Portuguese cooperation, it contributes to a more complex context, conditioned by external influences and interoperability challenges. It is concluded that the presence of Russian advisers in Angola and growing Chinese economic investment may, in the medium term, affect the strategic autonomy of African countries and the scope for Portuguese cooperation. Portuguese defence cooperation, focused on training and promoting democratic values, continues to be valued, but requires reinforcement, adaptation and greater projection to maintain its relevance.

Keywords: *Military cooperation; China; Russia; PALOP; Portugal*



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AEDN Ação Externa da Defesa Nacional

B

BRI *Belt and Road Initiative*

C

CDD Cooperação no Domínio da Defesa

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CTM Cooperação Técnico-Militar

E

EUA Estados Unidos da América

EUTM *European Union Training Mission*

F

FAA Forças Armadas Angolanas

FADM Forças Armadas de Defesa de Moçambique

O

OE Objetivo Específico

OG Objetivo Geral

ONU Organização das Nações Unidas

OTAN Organização do Tratado do Atlântico Norte

P

PALOP País Africano de Língua Oficial Portuguesa

Q

QC Questão Central

QD Questão Derivada

U

UC Unidades de Contexto

UE União Europeia

UR Unidades de Registo

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas



1. Introdução

Ao contrário do que Huntington teorizou, a atual divisão do mundo parece não decorrer das diferenças civilizacionais, históricas ou culturais, mas sim da clivagem entre regimes democráticos e autoritários, bem como entre sociedades mais ou menos liberais (Foa et al., 2022). Neste contexto, por vezes com paralelismos ideológicos com a Guerra Fria, democracias liberais, como as da Europa Ocidental, América e eixo Ásia-Pacífico, contrastam com regimes autoritários como os da Rússia, China, Irão e outros países do Médio Oriente (Foa et al., 2022).

As democracias caracterizam-se pela liberdade de circulação de pessoas e ideias, bem como pela proteção dos direitos individuais. Já os regimes autoritários partilham a rejeição desses valores, impondo maior controlo sobre o poder e restringindo liberdades individuais, o que tende a conduzi-los a um certo isolamento internacional (Foa et al., 2022).

A presença da Rússia e da China em África remonta ao século XX e, apesar de não ser um fenómeno recente, assume hoje uma nova relevância (Ramani, 2021). Inicialmente limitada pelo domínio colonial, a influência destes países intensificou-se com os movimentos de independência africanos. Desde então, a China tem-se afirmado pelo comércio, investimento e construção de infraestruturas, enquanto a Rússia privilegia a cooperação militar e a exportação de armamento (Kurylo, 2024; Yazykova, 2023).

No contexto das ex-províncias ultramarinas portuguesas, a colaboração militar com a Rússia e a China remonta ao início dos movimentos independentistas, com fornecimento de armamento, apoio logístico, financeiro e formação militar por parte da República Popular da China e da então União das Republicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Gomes & Afonso, 2009; Goumidi, 2023). A bipolaridade da Guerra Fria proporcionou a estas potências comunistas um espaço de influência nos novos Estados africanos independentes.

Tal como a *Commonwealth* e a *Francophonie* funcionam como instrumentos de *soft power* para o Reino Unido e para a França, respetivamente, também a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP¹) representa para Portugal um vetor central de projeção internacional, alicerçado numa língua comum e numa herança cultural partilhada (Silva, 2023). A CPLP, com presença global crescente, atua em domínios tão diversos como a educação, saúde, cultura, justiça e, cada vez mais, a defesa (CPLP, 2025). Neste contexto, a cooperação no domínio da defesa (CDD) assume um papel de destaque como instrumento da política externa portuguesa, funcionando não apenas como meio de reforço das

¹ Os estados-membros da CPLP são: República de Angola, República Federativa do Brasil, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República da Guiné Equatorial, República de Moçambique, República Portuguesa, República Democrática de São Tomé e Príncipe e República Democrática de Timor-Leste



capacidades dos Estados-membros, mas também como plataforma de consolidação da confiança mútua e da interoperabilidade entre os seus sistemas de defesa.

A cooperação técnico-militar (CTM), precursora da atual CDD, tem sido desenvolvida com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP²) desde o pós-independência, com Angola desde 1978 e com Moçambique desde 1988 (Ministério da Defesa Nacional, 2024). A publicação da Diretiva da Ação Externa da Defesa Nacional (AEDN), em 2018, institucionalizou a CDD como um dos pilares da ação externa portuguesa³, integrando-a de forma estratégica no quadro mais amplo da CPLP e alinhando-a com os objetivos da política de defesa e cooperação internacional (Diário da República n.º 79/2018, de 23 de abril)

A ascensão da China como potência económica global, com destaque para o projeto da Nova Rota da Seda, e o papel da Rússia através de atores como o grupo Wagner⁴ em África, reforçam a sua presença no continente. Enquanto a China investe em infraestruturas e comércio, a Rússia aposta em apoio securitário a regimes autoritários, oferecendo estabilidade em troca de influência e acesso a recursos naturais (Deych, 2019; Kohnert, 2022).

Este aumento da influência sino-russa nos PALOP pode comprometer os interesses portugueses em África, nomeadamente ao nível da concertação diplomática, da cooperação multissetorial no seio da CPLP e da mobilidade intracomunitária. O reforço da presença oriental poderá, assim, representar um desafio à continuidade e profundidade das relações entre Portugal e estes países (MNE, 2025).

Face a este enquadramento, justifica-se o presente Trabalho de Investigação Individual Final do Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/25, subordinado ao tema: “A cooperação militar entre a Rússia/China e os países africanos de língua oficial portuguesa”. Pretende-se compreender de que forma a atual cooperação militar entre a Rússia e a China com os PALOP pode interferir com os interesses portugueses ao nível das CDD (Santos & Lima, 2019).

² Consideram-se como Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): República de Angola, República de Cabo Verde, República da Guiné-Bissau, República de Moçambique e República Democrática de São Tomé e Príncipe)

³ As três dimensões da AEDN são: Forças Destacadas em Missões ou Operações Militares ou Civis, Cooperação no Domínio da Defesa e Cargos Internacionais da Defesa Nacional

⁴ O Grupo Wagner é uma organização paramilitar russa ligada ao governo, atuando como exército privado em diversos conflitos como na Ucrânia, Síria e África.



O objeto de investigação centra-se, portanto, nessa cooperação militar e nas suas potenciais consequências para Portugal. Para garantir profundidade analítica, a investigação será delimitada nos seguintes domínios:

- Temporal: entre 2015 e 2025;
- Espacial: centrado nas Repúblicas de Angola e Moçambique;
- Conteúdo: focado nos instrumentos de poder diplomático, informacional, militar e económico.

Com base nesta delimitação, estabelece-se o objetivo geral (OG):

Analisar de que forma a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique impacta a CDD portuguesa nesses países.

Derivam deste OG dois objetivos específicos (OE):

OE1: Caracterizar de que forma os instrumentos de poder da China e da Rússia complementam a cooperação militar com Angola e Moçambique.

OE2: Analisar os riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique.

A questão central (QC) que orienta esta investigação é:

De que forma pode a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique impactar a CDD portuguesa nesses países?

Da QC derivam duas questões derivadas (QD):

QD1: De que forma os instrumentos de poder da China e da Rússia complementam a cooperação militar com Angola e Moçambique?

QD2: Em que consistem os riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique?

A investigação está estruturada em formato de artigo científico e dividida em cinco capítulos: introdução; enquadramento teórico-conceitual; metodologia; apresentação e discussão dos resultados; e conclusões, onde se expõem os principais contributos do estudo, as suas limitações e sugestões para investigações futuras.



2. Enquadramento teórico e conceptual

O presente capítulo centra-se na apresentação dos conceitos fundamentais e matérias essenciais, sustentados numa revisão da literatura, cujo domínio se revela imprescindível para o desenvolvimento da investigação, análise e estudo em curso. Inclui-se ainda, neste capítulo, a explicitação do modelo de análise adotado no trabalho.

2.1. Estado da arte

A temática da cooperação militar em África tem sido abordada em diversos artigos e trabalhos académicos, tanto do ponto de vista da atuação da China e da Rússia, como no contexto da cooperação portuguesa com os PALOP.

Embora não tenham sido identificados estudos específicos que analisem, em simultâneo, a cooperação militar da China e da Rússia com os PALOP sob a perspetiva dos impactos que essa dinâmica poderá ter para Portugal, existem publicações cujo conteúdo se revela particularmente pertinente para a presente investigação, constituindo, por isso, o seu estado da arte.

Em primeiro lugar, destaca-se o artigo de Pedro Seabra (2024), intitulado “Portugal e a Cooperação no Domínio da Defesa”, publicado pelo Instituto da Defesa Nacional. Este trabalho apresenta a evolução histórica da CDD portuguesa, desde as suas fases iniciais até à consolidação atual nos países africanos de língua portuguesa. O autor evidencia os investimentos realizados, com destaque para Angola e Moçambique, que surgem como os principais beneficiários da cooperação bilateral nesta área.

O núcleo do artigo centra-se na análise dos resultados alcançados através da CDD, apoiada em dados estatísticos que incluem o número anual de formações realizadas nos países parceiros, bem como o número de militares formados em Portugal. Seabra conclui que a CDD atingiu atualmente um nível de maturidade que contribui significativamente para a projeção da imagem externa de Portugal e para o fortalecimento dos laços com os PALOP. Sublinha, ainda, a adaptabilidade do modelo de cooperação, que tem sabido responder às necessidades específicas expressas por cada país ao longo do tempo (Seabra, 2024).

No plano internacional, merece destaque o artigo de Alessandro Arduino (2024), intitulado “*China’s Expanding Security Footprint in Africa: From Arms Transfers to Military Cooperation*”, publicado pelo *Italian Institute for International Political Studies*. O autor analisa a crescente presença da China no setor da segurança e defesa no continente africano. Inicialmente caracterizada por uma postura de não interferência e fornecimento de armamento, a cooperação chinesa evoluiu para um investimento superior a 50 mil milhões de dólares em apenas três anos. A China é hoje um dos principais fornecedores de armamento



a África, promovendo também ações de formação policial e militar, e mantendo uma base militar no Djibouti.

Arduino caracteriza a expansão da indústria de defesa chinesa como acelerada e estratégica, destinada a proteger os interesses económicos do país em África. Salaria ainda que a China deverá continuar a apoiar os seus parceiros africanos, incluindo através da contratação de empresas de segurança privadas, como forma de colmatar limitações operacionais até estar preparada para incrementar a sua intervenção de forma mais direta (Arduino, 2024).

Outro contributo relevante, desta feita referente à Rússia, é o artigo de Selcan Karabektas (2024), *Russia's Growing Military Footprint in Africa: Arms Deals and Defense Cooperation*, publicado pelo *Orion Policy Institute*. O autor analisa o crescente envolvimento da Rússia no domínio da defesa no continente africano, destacando acordos bilaterais que incluem fornecimento de armamento, formação de militares e o papel proeminente de empresas militares privadas, como o grupo *Wagner*. Além da vertente militar, o artigo sublinha uma intensificação da presença diplomática russa em África, traduzida na realização de cimeiras e no reforço das relações bilaterais como parte de uma estratégia concertada de expansão geopolítica (Karabektas, 2024).

2.2. Base conceptual

2.2.1. Instrumentos de Poder

A estratégia de um Estado, frequentemente designada por estratégia total, desdobra-se em estratégias gerais, que correspondem, no essencial, às formas pelas quais o Estado procura coagir ou influenciar outros atores para alcançar os seus objetivos (Beaufre, 2004).

Existe, na literatura académica, alguma divergência quanto à terminologia e definição dos instrumentos de poder, também denominados por autores como Adriano Moreira ou Hans Morgenthau como “elementos de poder nacional”. Para além da discussão terminológica, subsistem igualmente algumas diferenças na identificação e classificação dos referidos instrumentos. Apesar da existência de múltiplas abordagens, optou-se neste trabalho por seguir o modelo adotado pela doutrina de referência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), que estabelece quatro instrumentos fundamentais através dos quais o poder de um Estado se pode manifestar: diplomático, informacional, militar e económico (Alves, 2011; NATO, 2017, 2022; Oliveira, 2008).

O instrumento diplomático distingue-se por ser essencial na negociação, mediação e gestão das relações entre Estados. Quando falha, é comum que se recorra aos instrumentos económico e militar. A eficácia da diplomacia assenta, em grande medida, na capacidade de



persuasão de um país, frequentemente sustentada pela robustez do seu poder económico e militar. Mesmo em situações de conflito, a diplomacia mantém-se ativa e relevante, atuando paralelamente aos outros instrumentos de poder (NATO, 2017, 2022).

O instrumento informacional constitui o alicerce da tomada de decisão estratégica, influenciando igualmente a perceção dos atores e do ambiente. A forma como um Estado comunica as suas intenções, seja por meio de ações, palavras ou imagens, pode gerar efeitos de grande impacto estratégico. Todas as nações operam hoje num ambiente informacional global e em constante expansão (NATO, 2017, 2022).

O instrumento militar, por sua vez, atua em apoio dos restantes, podendo ser empregue em contextos tão diversos como a dissuasão, prevenção de conflitos, operações humanitárias, estabilização ou combate direto. Embora o uso da força deva ser sempre considerado como último recurso, constitui um instrumento legítimo da política, devendo ser aplicado em estreita articulação entre as esferas civil e militar (NATO, 2017, 2022).

Finalmente, o instrumento económico manifesta-se através de investimentos, comércio e também da aplicação de medidas coercivas, como as sanções. Embora estas possam ser controversas e a sua eficácia debatida, podem ser complementadas pelo poder militar em contextos mais exigentes, como no caso dos embargos. Em sentido oposto, o poder económico pode também assumir um carácter incentivador, promovendo comportamentos desejáveis através de apoio financeiro ou cooperação económica (NATO, 2017, 2022).

2.2.2. Cooperação no Domínio da Defesa

A Cooperação Militar, atualmente designada por CDD, constitui uma dimensão essencial da política externa portuguesa, estando, por esse motivo, consagrada em diversos documentos do ordenamento jurídico nacional. A Constituição da República Portuguesa (Decreto-Lei n.º 155, de 12 de agosto) estabelece, no n.º 6 do artigo 275.º, que “as Forças Armadas podem ser incumbidas, nos termos da lei, de colaborar (...) em ações de cooperação técnico-militar no âmbito da política nacional de cooperação”.

Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 14.º da Lei de Defesa Nacional, a CDD, a par das Forças Destacadas em Missões ou Operações Militares ou Civas e dos Cargos Internacionais da Defesa Nacional, integra a AEDN. Esta contribui para a paz e segurança internacionais, para o reforço das relações de Portugal com os seus parceiros e para o aumento da credibilidade e visibilidade do país no plano das relações internacionais.

O principal objetivo da CDD consiste na promoção de interesses comuns e no reforço das capacidades de resposta perante ameaças regionais e globais. Neste contexto, é



fundamental o desenvolvimento de relações de confiança mútua, que sustentem uma cooperação duradoura e eficaz entre Portugal e os seus parceiros (Coelho, 2024).

Quanto aos objetivos estratégicos da CDD, estes incluem: promover a paz e a segurança internacionais; apoiar a construção e reforma do setor da segurança; consolidar as relações bilaterais; valorizar a língua portuguesa; e reforçar a visibilidade e credibilidade de Portugal no cenário internacional (Coelho, 2024).

De acordo com Seabra e Serra (2024; 2021), a CDD pode ser definida como um instrumento da política externa nacional, operacionalizado pelo Ministério da Defesa Nacional, com o propósito de reforçar as capacidades de segurança e defesa dos PALOP e de Timor-Leste. Esta cooperação assenta em laços históricos, culturais e linguísticos que unem Portugal a esses países.

No âmbito desta cooperação, ganham particular relevância os programas-quadro bilaterais com os PALOP, como os celebrados com Angola (2022–2026) e Moçambique (2021–2026), os quais estabelecem objetivos plurianuais centrados no apoio à estrutura superior da defesa, às Forças Armadas e à capacitação técnico-operacional. A formação militar, nomeadamente o ensino superior, a formação de sargentos e a qualificação de forças especiais, surge como pilar central destes acordos, reforçando a componente prática da cooperação e contribuindo para o fortalecimento institucional e operacional nos domínios da segurança e defesa.

2.3. Modelo de Análise

O quadro 1 apresenta o modelo de análise adotado nesta investigação, que serviu de referência orientadora ao longo de todo o processo de investigação.

Quadro 1 - Modelo de análise

Tema	A cooperação militar entre a Rússia/China e os países africanos de língua oficial portuguesa				
Objeto de estudo	A cooperação militar existente entre a Rússia e a China e os países africanos de língua oficial portuguesa e as consequências dessa cooperação para os interesses portugueses.				
Objetivo geral	Analisar de que forma a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique impacta a CDD				
Questão central	De que forma pode a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique impactar a CDD nesses países?				
Objetivos específicos	Questões derivadas	Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de recolha de dados
OE1. Caracterizar de que forma os instrumentos de poder da China e da Rússia complementam a cooperação militar	QD1. De que forma os instrumentos de poder da China e da Rússia complementam a cooperação	Instrumentos de poder	Diplomático	Grau de Importância	Análise documental e
			Informacional		
			Militar		



com Angola e Moçambique	militar com Angola e Moçambique?		Económico		entrevistas semi-estruturadas
OE2. Analisar os riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique	QD2. Em que consistem os riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique?	Cooperação no domínio da defesa	Desafios internos	Angola	
				Moçambique	
			Desafios externos	China	
				Rússia	
			Positivo	Oportunidades	
				Potencialidades	
			Negativo	Ameaças	
				Vulnerabilidades	



3. Metodologia e método

3.1. Metodologia

Este Trabalho de Investigação Individual seguiu as normas em vigor no Instituto Universitário Militar, nomeadamente as Orientações Metodológicas para a Elaboração de Trabalhos de Investigação (Santos & Lima, 2019)

A investigação adotou um raciocínio indutivo, partindo das conclusões obtidas nos estudos de caso de Angola e Moçambique para extrair inferências aplicáveis ao conjunto dos PALOP (Santos & Lima, 2019).

A estratégia de investigação adotada foi qualitativa e o desenho de pesquisa utilizado foi o estudo de caso, centrado na República de Angola e na República de Moçambique. Esta escolha baseou-se na evidência, recolhida durante a revisão preliminar da literatura, de que estes dois países mantêm relações mais estreitas com a Rússia e a China no contexto dos PALOP (Santos & Lima, 2019).

Quanto ao horizonte temporal, este foi transversal, dado que a investigação se debruçou sobre um período temporal específico, previamente definido como sendo a atualidade — mais concretamente, o intervalo compreendido entre 2015 e 2025.

O percurso metodológico da investigação dividiu-se em duas fases: exploratória e analítica/conclusiva.

Na fase exploratória, foi definida a problemática e a metodologia de investigação. Nesta etapa, procedeu-se à delimitação do tema, à realização das primeiras leituras preliminares e à definição dos objetivos gerais e específicos, bem como à formulação da questão central e das questões derivadas. Esta fase culminou com a elaboração do projeto de investigação, que estabeleceu o percurso metodológico e delineou a estrutura inicial do trabalho. Nesta fase foi ainda sublinhada a relevância do estudo como contributo para a identificação de potenciais impactos na CDD.

A fase analítica e conclusiva consistiu na recolha e tratamento dos dados, na avaliação e discussão dos resultados e, por fim, na apresentação das conclusões. Esta etapa integrou uma revisão bibliográfica mais aprofundada, a análise interpretativa das fontes e a realização de entrevistas semiestruturadas. Após o tratamento da informação recolhida, os resultados foram discutidos e avaliados, dando origem às conclusões finais da investigação.

3.2. Método

3.2.1. Participantes e procedimento

Após a realização da pesquisa bibliográfica, onde foram identificados e definidos os conceitos estruturantes deste trabalho, procedeu-se à recolha de informação necessária para



compreender de que forma a Rússia e a China conduzem as suas cooperações militares com os PALOP. Neste seguimento, foi conduzido um conjunto de entrevistas semiestruturadas, com base no guião apresentado no Apêndice A. As entrevistas centraram-se em entidades com ligação relevante a Angola e Moçambique, conforme detalhado nos Quadros 6 e 7 do Apêndice C, com especial enfoque na CDD desenvolvida com esses países.

3.2.2. Instrumentos de recolha de dados

Com o objetivo de garantir o maior nível possível de objetividade e orientar os contributos dos entrevistados para as questões centrais do estudo, foram desenvolvidas grelhas de entrevista contendo os principais tópicos de informação pretendida. Estas encontram-se no Apêndice B.

3.2.3. Técnicas de tratamento de dados

Para a análise das entrevistas semiestruturadas, recorreu-se à técnica de análise de conteúdo, com base na matriz de unidades de contexto (UC) e unidades de registo (UR) por questão da entrevista (Sarmento, 2013). As matrizes foram elaboradas de acordo com os dados obtidos nas entrevistas e estão disponíveis nos Apêndices D e E.

Posteriormente, e ainda segundo Sarmento (2013), foram construídas tabelas de análise de conteúdo por questão, com vista à organização e interpretação dos dados no capítulo seguinte. Essas tabelas, incluídas no Apêndice F, apresentam os quantitativos das UR e respetivas percentagens, refletindo a frequência com que os diferentes temas foram abordados pelos entrevistados.



4. Apresentação dos dados e discussão dos resultados

Este capítulo apresenta os resultados da articulação entre a análise bibliográfica e a análise das entrevistas realizadas, com o objetivo de responder às QD e à QC da investigação.

A política externa da China em África assenta numa retórica de parceria histórica, igualdade e benefício mútuo. As relações são descritas como resilientes e exemplares, promovendo a cooperação em áreas como a educação, saúde e desenvolvimento humano (MFAPRC⁵, 2024). Esta diplomacia é acompanhada de ações concretas como o envio de médicos, professores e a concessão de bolsas de estudo, visando reforçar laços culturais e consolidar uma imagem positiva da China no continente africano (MFAPRC, 2024).

No plano económico, segundo Nantulya (2022), a China apresenta-se como um parceiro estratégico, focando-se na construção de infraestruturas, na criação de emprego e na diversificação das exportações africanas, sobretudo no âmbito da *Belt and Road Initiative* (BRI)⁶. O envolvimento chinês cobre mais de um terço dos principais portos africanos em 25 países, com destaque para África Oriental como zona prioritária para a sua projeção de influência. Embora elogiada por impulsionar o crescimento e a industrialização, a atuação chinesa tem sido criticada, segundo Freitas (2023), pelo aumento do endividamento, práticas comerciais desleais e uso preferencial de mão de obra chinesa.

A presença militar chinesa em África tem evoluído de um apoio ideológico aos movimentos de libertação, nas décadas de 1950-60, para, segundo Oliynyk (2024) e Montenegro & Kraychete (2022), uma estratégia pragmática e centrada na proteção de interesses económicos. A cooperação atual inclui venda de armamento, formação militar, patrulhas conjuntas, missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) e intercâmbios educacionais, sendo acompanhada por investimentos em infraestruturas com potencial uso dual, como os portos de calado profundo de Djibuti, Lamu, Bagamoyo ou Kribi (Nantulya, 2022, 2023; U.S.-CESRC, 2023). Estas ações visam apresentar a China como um parceiro de segurança globalmente relevante e fortalecer a sua influência junto de governos e forças armadas africanas (Nantulya, 2023; U.S.-CESRC, 2023).

A política externa russa em África tem ganho expressão, segundo Blishchenko (2024), desde o início do século XXI, com uma abordagem mais pragmática centrada na reconstrução de redes de influência. Esta diplomacia assenta na retórica do respeito mútuo, soberania nacional e oposição à ingerência ocidental (Caprile & Pichon, 2024). As cimeiras

⁵ Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China

⁶ A BRI é um projeto global da China para desenvolver infraestrutura e comércio, conectando Ásia, Europa e África, promovendo influência econômica e geopolítica por meio de investimentos em transportes, energia e telecomunicações.



Rússia-África, como as realizadas em Sochi (2019) e São Petersburgo (2023), ilustram esse esforço, embora com fraca adesão ao mais alto nível político, revelando limitações, segundo Caprile & Pichon (2024), na efetiva projeção de influência. A intensificação das relações visa ainda reforçar o apoio diplomático russo em fóruns internacionais, nomeadamente na ONU⁷ (Carchedi, 2020).

A Rússia tem intensificado a sua atuação no domínio informacional em diversos países africanos, explorando contextos políticos instáveis e sistemas mediáticos frágeis para difundir campanhas de desinformação, manipulação narrativa e influência mediática. Estas ações integram-se numa lógica de guerra híbrida, cujo enquadramento teórico é frequentemente associado à Doutrina Gerasimov. Esta doutrina, formulada pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Federação Russa Valery Gerasimov (2016), caracteriza a guerra contemporânea como um processo assimétrico e difuso, em que a distinção entre tempos de paz e de guerra se esbate. A utilização de instrumentos não militares, como a pressão informacional, ciberataques, agitação ideológica e operações encobertas, surge como fase inicial e estruturante da confrontação, relegando o uso convencional das forças armadas para uma etapa posterior de exploração do sucesso previamente construído. O objetivo estratégico passa por moldar o ambiente político interno dos Estados visados, criando frentes de contestação favoráveis aos interesses russos, frequentemente sem necessidade de intervenção direta (Caprile & Pichon, 2024).

A Rússia mantém uma presença militar significativa em África, com 43 acordos bilaterais em vigor em 2023, segundo Caprile & Pichon (2024) e de acordo com a figura seguinte, abrangendo fornecimento de armamento, treino, manutenção de equipamentos e apoio direto a regimes liderados por militares, por vezes oriundos de golpes de Estado (Haruna & Salam, 2021). A atuação de empresas militares privadas, como o grupo *Wagner* (atual *Africa Corps*), é central nesta estratégia. As motivações para esta cooperação são tanto políticas, reforçando alianças e assegurando apoios relevantes, como de ordem internacional, garantindo acesso a portos e infraestruturas com importância (Carchedi, 2020; Kohnert, 2022).

⁷ Nas votações da ONU de 02 de março de 2022 sobre a condenação da guerra na Ucrânia, 18 países africanos, incluindo Angola e Moçambique, abstiveram-se, tendo este gesto sido interpretado como sinal de alinhamento ou dependência face à Rússia (Kohnert, 2022).

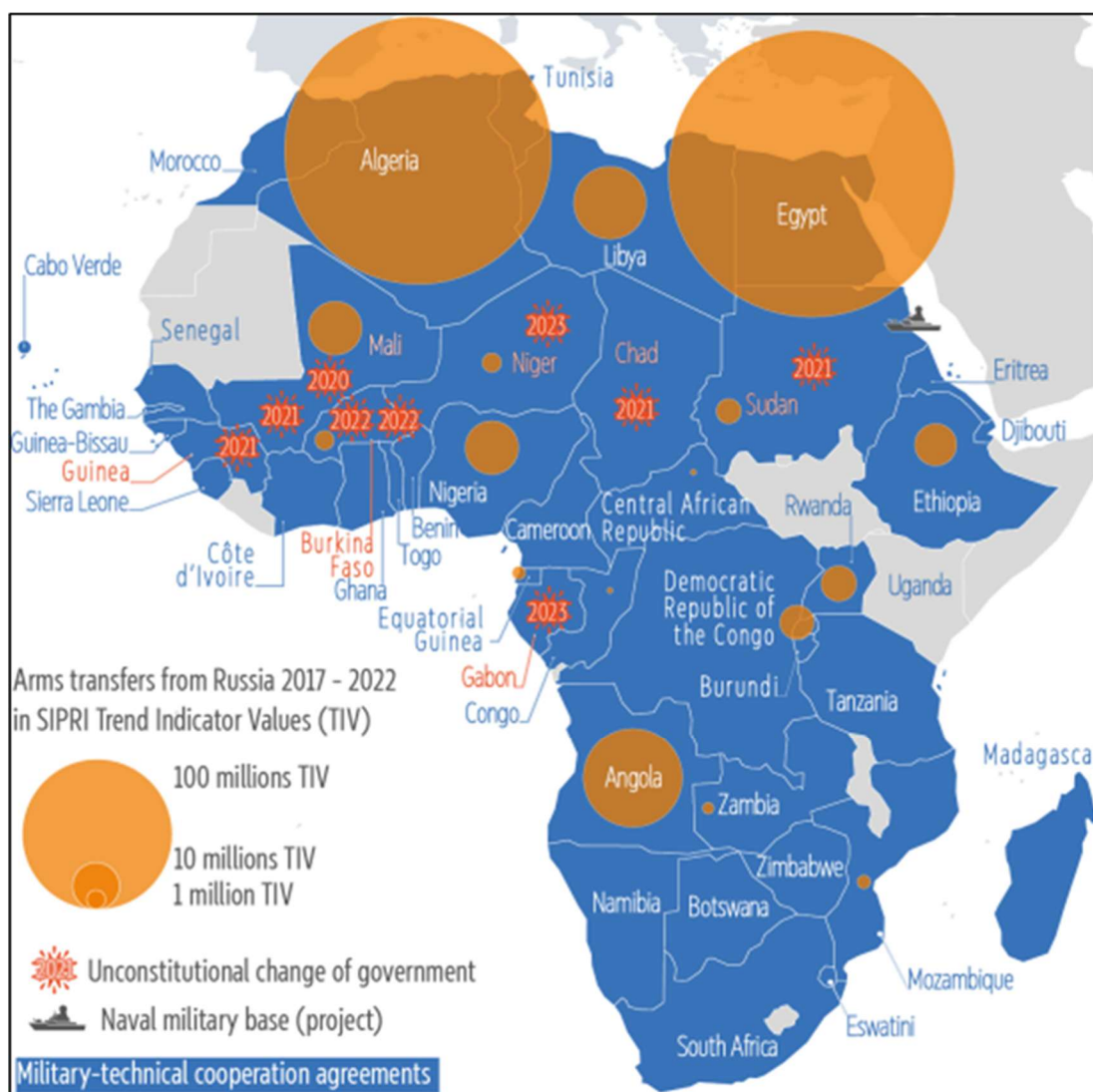


Figura 1 – Presença militar russa em África

Fonte: Caprile & Pichon (2024)

Apesar da sua presença económica em África ser, segundo Caprile & Pichon (2024) relativamente modesta face a atores como a China, Estados Unidos da América (EUA) ou União Europeia (UE), a Rússia procura compensar esta limitação através do acesso a recursos naturais e do apoio a elites locais que beneficiam das relações bilaterais (Carchedi, 2020; Paczyńska, 2020). De acordo com Goumidj (2023), o continente representa uma oportunidade para sustentar a sua indústria de defesa e exportar tecnologia, funcionando também, segundo Blishchenko (2024), como plataforma para se afirmar como alternativa à influência ocidental e chinesa.

4.1. A aplicação dos instrumentos de poder como complemento da cooperação militar

4.1.1. Angola

As relações de cooperação entre Angola e as potências extrarregionais China e Rússia caracterizam-se por uma forte transversalidade, abrangendo as dimensões económica,



diplomática, informacional e militar. Embora o peso atribuído à vertente militar varie entre os dois países, com a Rússia a assumir um papel mais expressivo neste domínio e a China a destacar-se pela influência económica, ambas as parcerias assentam numa lógica de interesses estratégicos mais amplos. Estes interesses traduzem-se numa interdependência crescente com implicações para a orientação externa de Angola e para a sua posição regional (E. Silva, entrevista por vídeo conferência, 28 de março de 2025).

4.1.1.1. Poder Diplomático

A China exerce a sua influência diplomática sobre Angola principalmente através do seu peso económico, que lhe garante acesso privilegiado às elites políticas e poder de influência nos processos de decisão ao mais alto nível (E. Silva, *op. cit.*). Esta condição resulta da dependência financeira de Angola face à China, especialmente pela sua posição enquanto principal credor do país.

Por sua vez, a Rússia mantém uma presença diplomática consolidada e direta, com canais formais de cooperação política de alto nível (M. Cachinho, entrevista por *email*, 07 de março de 2025). O seu posicionamento na Casa Militar do Presidente (E. Silva, *op. cit.*) e as reuniões bilaterais com o partido no poder, como o encontro de março de 2025 entre a vice-presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e o embaixador russo em Luanda, demonstram uma relação diplomática ativa e politicamente estratégica, centrada na manutenção e reforço dos laços bilaterais (MPLA, 2025).

4.1.1.2. Poder Informacional

No plano informacional, a China tem vindo a investir em iniciativas tecnológicas e digitais com potencial para impactar a infraestrutura de comando e controlo militar de forma indireta. Um exemplo claro é o acordo entre a *China Telecom Global* e a *Angola Cables* para estabelecer uma ligação transcontinental entre a China, a África do Sul e o Brasil, através do sistema de cabos submarinos do Atlântico Sul (INACOM⁸, 2025). Estes projetos inserem-se numa lógica de reforço da conectividade regional e global no contexto dos BRICS⁹, com implicações para a segurança das comunicações (M. Cachinho, *op. cit.*).

A Rússia, por outro lado, tem sabido, na opinião de E. Silva (*op. cit.*), capitalizar a sua relação histórica com Angola para manter presença e influência em áreas como cibersegurança, comunicações e tecnologias militares. Esta componente informacional

⁸ O INACOM é o Instituto Angolano das Comunicações e visa assessorar e representar o Executivo na regulação do sector das comunicações.

⁹ O BRICS constitui uma aliança estratégica entre cinco economias emergentes, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, orientada para a cooperação económica, política e no domínio do desenvolvimento internacional.



reforça, segundo M. Cachinho (*op. cit.*), a sua atuação no domínio da defesa, nomeadamente através de parcerias técnicas e transferência de *know-how* sensível.

4.1.1.3. Poder Militar

A cooperação militar da China com Angola é, na opinião de E. Silva (*op. cit.*), corroborada por Oliynyk (2024), relativamente modesta, limitada essencialmente ao fornecimento pontual de equipamento militar, como helicópteros, no quadro de acordos bilaterais. Há também registo, segundo A. Cancelinha (entrevista presencial, 21 de março de 2025) e Nantulya (2023), da frequência de cursos de formação militar por parte de oficiais angolanos em instituições chinesas, que abrangem não só áreas técnicas como também doutrinárias, com transmissão de componentes ideológicas.

Contudo, não há presença de assessores chineses destacados junto das Forças Armadas Angolanas (FAA), nem cooperação operacional ou tática relevante identificada (E. Silva, *op. cit.*; M. Silva, entrevista por email, 05 de fevereiro de 2025). Tal cenário reflete-se na avaliação de que, de forma isolada, a cooperação militar com a China tem impacto reduzido na segurança interna e no desenvolvimento militar de Angola.

Em contrapartida, a Rússia apresenta uma presença histórica mais consolidada neste domínio. Entre 2014 e 2019, Angola foi o segundo maior importador de armamento russo, tendo despendido cerca de 200 milhões de dólares (Carchedi, 2020). Parte deste material era obsoleto (A. Cancelinha, *op. cit.*), mas a entrega de equipamento militar era frequentemente compensada com concessões de acesso a setores estratégicos como os minérios e a energia (Carchedi, 2020; Haruna & Salam, 2021).

A formação de quadros angolanos nas academias militares russas continua ativa, segundo A. Cancelinha (*op. cit.*) e M. Silva (*op. cit.*), com foco em áreas de elevado valor estratégico como a Estratégia e a Arte Operativa¹⁰. Estas formações moldam profundamente a estrutura de pensamento dos oficiais angolanos e têm influência direta nos processos de decisão das FAA. Apesar disso, nos últimos anos verificou-se uma redução do número de conselheiros militares russos, motivada por restrições orçamentais (A. Cancelinha, *op. cit.*).

Embora Angola não se afirme, atualmente, como ator regional relevante em termos de projeção de forças, por exemplo para missões de apoio à paz das Nações Unidas, o potencial existe. Um reforço mais estruturado da cooperação, sobretudo com a Rússia, poderia permitir às FAA um papel mais ativo no contexto securitário regional (E. Silva, *op. cit.*; M. Silva, *op. cit.*).

¹⁰ Também ministrada na Escola Superior de Guerra angolana por militares russos



4.1.1.4. Poder Económico

A China é, segundo M. Silva (*op. cit.*) indiscutivelmente, o principal parceiro económico de Angola. Detém cerca de 14 mil milhões de dólares da dívida externa angolana, cujo pagamento tem sido garantido, em grande parte, através de petróleo. Esta relação garante à China acesso privilegiado a recursos naturais estratégicos como madeira, pescas, petróleo e metais preciosos (E. Silva, *op. cit.*).

O investimento chinês em Angola intensificou-se após o fim da guerra civil em 2002, período durante o qual o Ocidente estava concentrado no combate ao terrorismo. Nesse contexto, Angola recorreu à China para financiamento da reconstrução nacional. Em troca de petróleo, a China financiou e construiu grandes obras de infraestrutura, muitas delas executadas por empresas estatais chinesas, frequentemente com mão de obra importada e qualidade variável, prejudicada por corrupção local (Vines & Wallace, 2023).

Em 2021, Angola era o país africano mais endividado à China, com 72% das exportações de petróleo destinadas a Pequim. Em 2019, Angola tornou-se o maior exportador africano para a China (Abid, Fatima & Safdar, 2023).

A. Cancelinha (*op. cit.*), concorda com a dimensão deste instrumento de poder e acrescenta que os investimentos chineses visam, em muitos casos, a exploração direta de recursos, tratando-se de capital económico com finalidades estratégicas. Essa presença verifica-se, sobretudo, no setor petrolífero e na construção de infraestruturas críticas, incluindo os portos de Luanda, Cabinda, Lobito e Namibe, identificados na Figura 2, considerados essenciais para os objetivos da BRI (Deych, 2019; Nantulya, 2025).

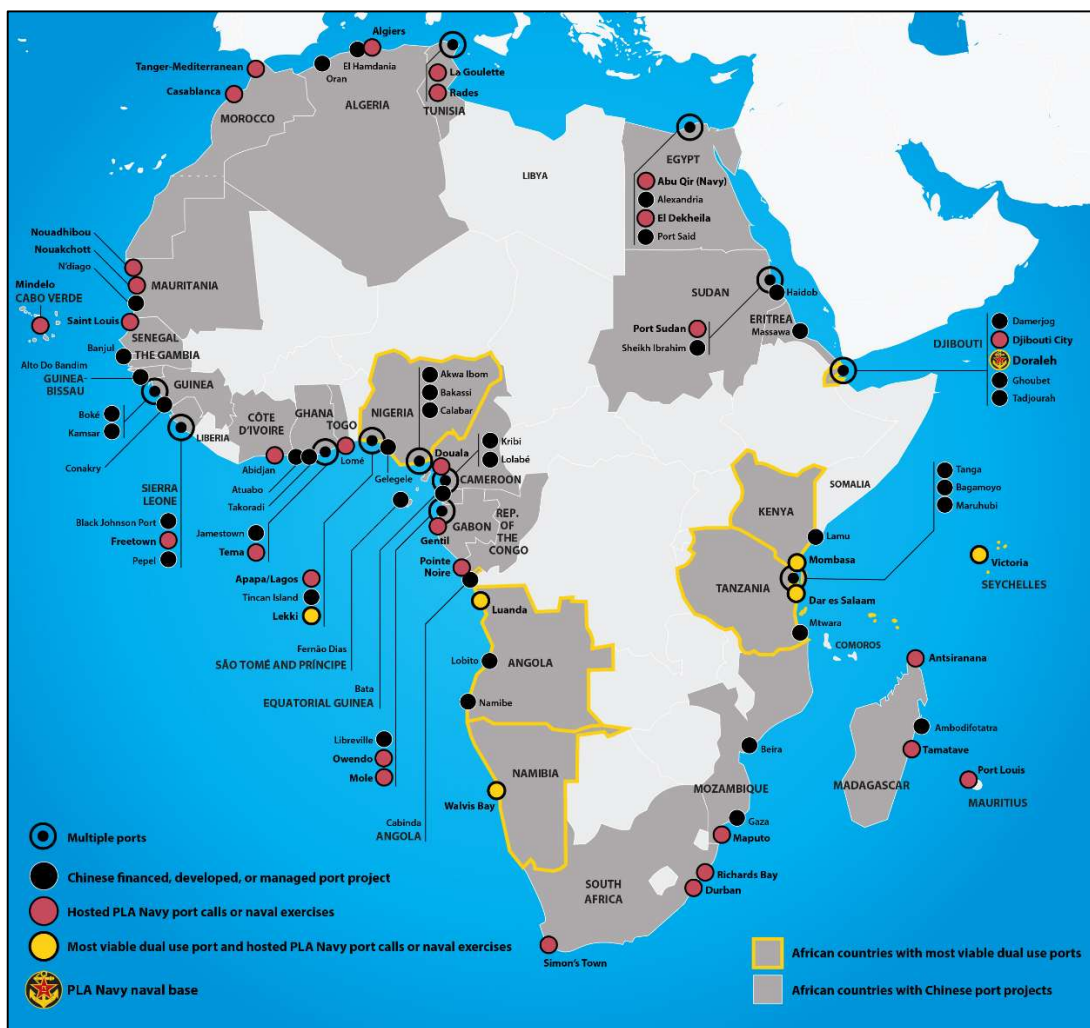


Figura 2 - Expansão portuária chinesa em África

Fonte: Nantulya (2025)

Além disso, a China tem vindo a diversificar os setores de investimento em Angola, com expansão visível nas áreas da saúde, energia e telecomunicações, consolidando a sua posição como ator económico dominante no país (M. Cachinho, *op. cit.*).

A Rússia, embora com presença económica menos expressiva, mantém acordos bilaterais nos domínios da energia e das infraestruturas, oferecendo-se como alternativa simbólica à hegemonia económica chinesa (Haruna & Salam, 2021).

4.1.2. Moçambique

A relação de Moçambique com a China e a Rússia remonta ao período anterior à sua independência, tendo-se iniciado com o apoio militar concedido aos movimentos de libertação. Esse apoio foi acompanhado por uma componente político-diplomática e doutrinária, cujos traços persistem até aos dias de hoje (R. Cunha, entrevista por *email*, 21 de fevereiro de 2025).



4.1.2.1. Poder Diplomático

A China e a Rússia têm mantido uma presença diplomática ativa em Moçambique, com destaque para o investimento em relações institucionais duradouras e formação de quadros civis e militares moçambicanos. Esta estratégia permite manter canais de comunicação abertos e assegurar continuidade nas relações bilaterais (R. Cunha, *op. cit.*). O apoio inicial durante os movimentos de libertação foi acompanhado por um alinhamento ideológico que, segundo Oliynyk (2024) ainda marca as relações contemporâneas, sobretudo no plano político-diplomático.

4.1.2.2. Poder Informacional

Durante a intervenção do grupo Wagner no norte de Moçambique, particularmente na região de Cabo Delgado em 2019, verificaram-se operações de desinformação e influência política, em paralelo com atividades militares. Estes esforços, embora pouco eficazes no plano operacional, segundo P. Silva (entrevista por vídeo conferência, 09 de março de 2025) e Rampe (2023), consolidaram interesses russos na exploração de recursos naturais como o gás e os minérios (Caprile & Pichon, 2024).

4.1.2.3. Poder Militar

A cooperação militar da China com Moçambique tem sido marcada por uma evolução do apoio histórico à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) para formas mais estruturadas de formação e cooperação operacional. Esta cooperação inclui formação de quadros moçambicanos no *China's People's Liberation Army Command College*, onde se destacam figuras como o General Lagos Lidimo (Nantulya, 2023). Ao longo dos anos, 94 oficiais superiores moçambicanos receberam formação naquela instituição, fortalecendo alianças institucionais e ideológicas.

Apesar da formação em ambos os países continuar, os resultados ainda não se traduziram numa modernização significativa da defesa moçambicana nem em projetos militares de larga escala (S. Ferreira, entrevista por email, 12 de março de 2025). A maioria do treino mais recente das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) tem, de acordo com S. Ferreira (*op. cit.*) corroborado por P. Silva (*op. cit.*), ocorrido através de missões da União Europeia (EUTM¹¹ e EUMAM¹²) e de exercícios multinacionais com os EUA, como o “*Cutlass Express 2024*”.

Ainda assim, a China tem procurado reforçar a sua visibilidade através de exercícios militares combinados. O “*Peace Unity-2024*” envolveu mais de 1000 soldados chineses,

¹¹ EUTM - *European Union Training Mission*

¹² EUMAM - *European Union Military Assistance Mission*



além de forças da Tanzânia e de Moçambique, em operações terrestres, marítimas e com fogos reais, incluindo *drones*, viaturas blindadas e armamento moderno (Nantulya, 2024). Esta abordagem demonstra a intenção chinesa de posicionar-se como ator relevante na segurança regional (Arduino, 2024).

Segundo P. Silva (*op. cit.*), ex-Adido Militar em Maputo, estes exercícios, incluindo operações antiterrorismo com a participação das FADM, das Forças Armadas da China, da Tanzânia e da Mongólia, visam reforçar a imagem da China como parceiro de segurança na região.

A estratégia militar chinesa baseia-se em três eixos principais: formação de quadros, transferência de armamento e expansão do setor de segurança privada. Os exercícios conjuntos surgem como plataformas para operacionalizar esses eixos (Arduino, 2024).

Quanto à Rússia, a relação com Moçambique teve especial relevo durante o período soviético, com fornecimento de armamento e assistência económica. Entre 30% e 50% da dívida moçambicana à URSS foi perdoada nos anos 80 (Haruna & Salam, 2021). Atualmente, embora os acordos bilaterais se mantenham, sobretudo nas áreas da segurança e recursos naturais, a cooperação militar ativa é mais limitada na perspetiva de P. Silva (*op. cit.*).

Segundo o mesmo autor, bem como R. Cunha (*op. cit.*), tanto a China como a Rússia têm contribuído pouco para a formação militar em Moçambique nos últimos anos. Ainda assim, as FADM e a polícia continuam equipadas, em grande parte, com armamento de origem chinesa e russa.

A atuação do grupo *Wagner* em Cabo Delgado, embora limitada e considerada pouco eficaz, demonstra, segundo R. Cunha (*op.cit.*) e corroborado por Rampe (2023) a continuidade de alguma cooperação técnica. Contudo, essa intervenção, do ponto de vista de P. Silva (*op. cit.*) não resultou em nenhuma base de cooperação sólida e duradoura.

4.1.2.4. Poder Económico

A China mantém uma posição destacada no investimento económico em Moçambique, sobretudo na construção civil e exploração de recursos naturais. As infraestruturas construídas respondem a necessidades reais do país, mas são concebidas de forma a assegurar retorno também para a China (P. Silva, *op. cit.*). Esta estratégia de investimento com retorno bilateral tem reforçado a presença chinesa em setores-chave da economia moçambicana.



No caso russo, a sua presença económica é mais notória fora da capital, especialmente nas regiões de extração de recursos naturais (R. Cunha, *op. cit.*). Os interesses económicos russos continuam a ser relevantes, embora com menos visibilidade institucional comparativamente à China.

4.1.3. Síntese Conclusiva

A análise da atuação da China e da Rússia em Angola e Moçambique demonstra que a cooperação militar, embora relevante, é sistematicamente reforçada e condicionada pelos demais instrumentos de poder (diplomático, informacional e económico) os quais assumem um papel complementar fundamental. Estas relações caracterizam-se por uma natureza multidimensional e interdependente, sendo moldadas por dinâmicas históricas, políticas e económicas distintas em cada país.

No caso de Angola, a cooperação militar com a China é percebida como secundária, dada a clara preponderância do domínio económico. Segundo três dos quatro entrevistados (75%), a cooperação militar com a China não assume hoje um papel significativo. Em contrapartida, a Rússia mantém a vertente militar como eixo central da sua cooperação com Angola, ainda que alargada estrategicamente a domínios como o diplomático e o informacional. O apoio russo, nomeadamente no fornecimento de armamento e formação de quadros, continua a influenciar a estrutura das FAA e a sua orientação estratégica.

Quadro 2 – Resumo das respostas que contribuem para a QD1

Cód.	Unidades de Registo	Entrevistados							Resultados	
		Angola				Moçambique			UE	%
		E A1	E A2	E A3	E A4	E B1	E B2	E B3		
1.1	Compra de material	X	X		X		X		4	57%
1.2	Cooperação militar da China não é significativa	X	X	X			X	X	5	71%
1.3	Formação na China e na Rússia	X	X	X				X	4	57%
3.1	Rússia tem impacto militar, informacional e diplomático	X			X	X	X		4	57%
3.2	China tem grande impacto económico		X	X	X	X	X	X	6	86%
4.1	Economia é o elemento central da cooperação da China	X	X	X	X	X	X		6	86%
4.3	Exploração de recursos	X	X	X	X	X			5	71%

Em Moçambique, apesar do peso histórico das relações com a China e com a Rússia, a cooperação militar é atualmente secundária face a outras áreas. Três em três entrevistados (100%) destacaram o domínio económico, no caso chinês, como elemento central e estrutural das relações bilaterais. A presença militar mantém-se, mas inserida numa estratégia mais ampla, centrada na influência política e no retorno do investimento.

Considera-se, com base na situação acima descrita, que a cooperação militar não constitui atualmente o principal foco da cooperação da China e da Rússia com os PALOP.



Essa cooperação assume um papel complementar numa estratégia mais vasta, em que os meios diplomáticos, informacionais e económicos se destacam como instrumentos prioritários. Esta constatação permite responder à QD1, demonstrando que os instrumentos de poder das duas potências não apenas complementam como enquadram e condicionam a cooperação militar com Angola e Moçambique, garantindo presença, influência e continuidade, mesmo quando o envolvimento direto no setor da defesa é limitado.

4.2. Riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa

A análise dos riscos e desafios associados à cooperação militar da China e da Rússia com Angola e Moçambique permite organizá-los em dois planos distintos: o plano interno, que abrange os impactos diretos sobre o país parceiro, e o plano externo, relativo às implicações para o posicionamento internacional de Angola e Moçambique e as suas relações bilaterais, nomeadamente com Portugal e outros parceiros ocidentais.

4.2.1. Angola

4.2.1.1. Plano Interno

A nível interno, a principal preocupação reside na possível limitação da autonomia estratégica de Angola resultante da dependência crescente em relação à China e, em menor grau, à Rússia. Embora os investimentos chineses contribuam para o desenvolvimento das infraestruturas nacionais, a execução dos projetos por empresas chinesas, aliada ao modelo de empréstimos praticado, acarreta um risco real de sobre-endividamento e perda de margem de decisão sobre prioridades estratégicas (E. Silva, *op. cit.*; A. Cancelinha, *op. cit.*).

A ausência de uma doutrina nacional clara por parte de Angola em matéria de defesa e segurança, bem como a adoção simultânea de diferentes padrões e práticas militares, muitas vezes incompatíveis entre si, cria problemas de interoperabilidade, com reflexos negativos na capacidade operacional e na integração em exercícios conjuntos ou missões internacionais (M. Cachinho, *op. cit.*).

Do ponto de vista político, a presença russa ao mais alto nível da hierarquia militar e política, com conselheiros posicionados em estruturas sensíveis, representa um risco de influência direta nos processos de decisão (M. Silva, *op. cit.*). Embora Angola tenha, até ao momento, gerido bem a separação entre os diversos apoios externos, a presença russa e o modelo de cooperação mais intrusivo podem vir a comprometer a neutralidade e a soberania do país, caso não sejam definidos e respeitados limites claros.

Adicionalmente, o impasse estratégico entre uma aproximação ao Ocidente, pela via dos valores democráticos e do modelo liberal, e os laços históricos com a Rússia e económicos com a China, gera instabilidade na definição da política externa angolana.



Atualmente, “Angola está num impasse estratégico entre o Ocidente (...) e o Oriente...” (M. Silva, *op. cit.*). Esta indefinição, suscetível de oscilar consoante as lideranças políticas, compromete a previsibilidade e sustentabilidade das cooperações militares.

4.2.1.2. Plano Externo

Externamente, a aproximação excessiva de Angola à Rússia, e em menor medida à China, poderá afetar as relações com Portugal, sobretudo no plano diplomático e económico. Tal aproximação pode refletir-se numa redução de contratos, parcerias e investimento bilateral, comprometendo o papel privilegiado que Portugal tem assumido através da CPLP e das suas CDD (M. Cachinho, *op. cit.*).

Apesar de, atualmente, a cooperação chinesa em Angola não interferir com a portuguesa, dada a sua natureza mais limitada e económica, a cooperação com a Rússia pode, segundo M. Silva (*op. cit.*), gerar tensões, especialmente pela sua profundidade nas áreas militar e política. A influência russa, se não for equilibrada por outros parceiros, pode condicionar o posicionamento angolano em fóruns internacionais ou em decisões que envolvam interesses portugueses.

Portugal, como membro da UE e da OTAN, encontra-se numa posição sensível. A perceção de um alinhamento angolano com regimes autoritários pode gerar constrangimentos institucionais e políticos, não só na relação bilateral, mas também no seio das organizações multilaterais onde Portugal atua (M. Cachinho, *op. cit.*).

Neste contexto, é essencial, na perspetiva do atual adido de defesa junto da embaixada de Portugal em Luanda, E. Silva (*op. cit.*), que Portugal reforce a sua cooperação no domínio da defesa com Angola, não apenas através de ações de formação avulsas, mas com projetos estruturados e de longo prazo, assentes numa lógica de capacitação e criação de valor. Um modelo de cooperação “chave na mão”, adaptado às necessidades identificadas e com financiamento assegurado, poderá reduzir a assimetria existente e reforçar a posição portuguesa.

Do ponto de vista geopolítico, os Estados Unidos têm adotado uma postura proativa para contrariar a crescente influência sino-russa em Angola. A título ilustrativo, destacam-se o apoio à criação de uma base naval no Golfo da Guiné e o investimento de 4 mil milhões de dólares na reabilitação do corredor ferroviário do Lobito (P. Silva, *op. cit.*; M. Silva, *op. cit.*). Estes projetos conjugam objetivos militares, económicos e estratégicos, sublinhando o interesse dos EUA em posicionar Angola como parceiro regional preferencial e conter a expansão chinesa (Fillingham, 2024).



Angola terá, portanto, segundo M. Cachinho (*op. cit.*), de adotar uma postura estratégica clara, transformando as diversas parcerias em instrumentos de reforço da sua autonomia. Para tal, deverá definir objetivos concretos na sua política externa e de defesa, estabelecer prioridades, impor limites aos seus parceiros e agir com transparência. O equilíbrio entre diferentes influências será determinante para assegurar a independência decisória do país e tirar partido dos apoios disponíveis sem comprometer a sua soberania (E. Silva, *op. cit.*).

4.2.2. Moçambique

4.2.2.1. Plano Interno

A cooperação técnico-militar portuguesa com Moçambique, baseada na formação estruturada das FADM e na partilha de valores democráticos, tem até ao momento coexistido pacificamente com as cooperações chinesa e russa (P. Silva, *op. cit.*). No entanto, o modelo funcional e pragmático da China e da Rússia, centrado no fornecimento de material, muitas vezes obsoleto, revela uma falta de investimento estratégico na capacitação das FADM, o que poderá comprometer a sua modernização (P. Silva, *op. cit.*).

Apesar da convivência pacífica, R. Cunha (*op. cit.*) considera que, existe sempre o risco de interferência em contextos de instabilidade política ou autoritarismo. Nesses cenários, parceiros como Portugal, vinculados a princípios democráticos, poderão ser forçados a suspender ou limitar a cooperação, ao contrário da China e da Rússia, que mantêm abordagens menos condicionadas por exemplo por questões de direitos humanos (R. Cunha, *op. cit.*).

Isto poderá afetar diretamente os interesses nacionais portugueses, incluindo a segurança da comunidade residente e a sustentabilidade de investimentos económicos (R. Cunha, *op. cit.*). Além disso, a autorização da China para exploração de recursos naturais em troca da construção de infraestruturas levanta preocupações, na perspetiva de S. Ferreira (*op. cit.*), sobre o controlo que Moçambique mantém sobre os seus próprios ativos estratégicos. Uma preocupação partilhada por Lina Benabdallah (2024) não apenas em relação a Moçambique, mas também à postura chinesa em África de forma geral.

4.2.2.2. Plano Externo

Do ponto de vista externo, Portugal não enfrenta, para já, interferência direta da China ou da Rússia na sua cooperação com Moçambique. No entanto, a ausência de um reforço contínuo da presença portuguesa poderá, na perceção de S. Ferreira (*op. cit.*) abrir espaço para que outros atores se imponham como principais parceiros militares.



A valorização do modelo português assenta na sua consistência pedagógica, na transmissão de valores democráticos e no apoio à autonomização das FADM, como ilustrado no caso da formação de praças Fuzileiros (P. Silva, *op. cit.*). Para manter e reforçar esta posição, Portugal deverá reforçar a sua presença e intensificar os seus investimentos e compromissos no setor da defesa.

A cooperação militar de Moçambique com China e Rússia é vista com particular preocupação pelos vários países ocidentais como EUA e países europeus e embora não exista uma resposta coordenada, estes têm atuado em áreas técnicas específicas, em particular o caso europeu da EUTM Moçambique (P. Silva, *op. cit.*).

No que respeita à autonomia estratégica, a ausência de condicionalismos democráticos por parte da China e da Rússia dá ao governo moçambicano, na opinião de R. Cunha (*op. cit.*) partilhada por P. Silva (*op. cit.*), maior liberdade de ação, mas compromete o seu alinhamento internacional com parceiros que valorizam o respeito pelos direitos humanos e o direito internacional.

Moçambique deverá, à semelhança de Angola, delinear com clareza os seus objetivos estratégicos, estabelecendo limites bem definidos e assegurando que a diversidade de parcerias contribui para o reforço da sua soberania, em vez de a comprometer. Apenas através de uma visão coerente, integradora e orientada para o interesse nacional será possível salvaguardar a autonomia nas decisões e a gestão soberana dos seus recursos.

4.2.3. Síntese Conclusiva

A análise dos riscos e desafios associados à cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique permite concluir que, embora esta não represente um risco direto e imediato para os interesses nacionais portugueses, poderá evoluir nesse sentido caso Portugal não reforce a sua presença e investimento na região. Tanto em Angola como em Moçambique, a chave para manter a influência portuguesa passará por uma aposta sustentada na formação, na interoperabilidade e na proximidade linguística e cultural, onde Portugal apresenta vantagens comparativas claras.

A CDD portuguesa distingue-se pela sua profundidade e alinhamento com o Estado de direito democrático, sendo valorizada precisamente por essa razão. Cinco dos entrevistados (71%) consideram que a natureza formativa da CDD não sofre interferência significativa por parte da China ou da Rússia, o que confirma o seu valor diferenciador.

Apesar da coexistência das diversas cooperações, Angola e Moçambique encontram-se num equilíbrio estratégico entre Oriente e Ocidente. Segundo cinco dos entrevistados



(71%), este status quo deverá manter-se, desde que os países parceiros saibam gerir de forma inteligente os seus compromissos internacionais.

Quadro 3 - Resumo das respostas que contribuem para a QD2

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados			
		Angola				Moçambique			UE	%		
		E A1	E A2	E A3	E A4	E B1	E B2	E B3				
5.1	A cooperação com a Rússia interfere ou pode interferir com as nossas CDD	X	X		X			X			4	57%
5.2	As CDD portuguesas pode coexistir visto ser focada na formação		X	X	X				X	X	5	71%
6.1	A Rússia e a China não colocam em causa a presença de CDD portuguesas	X	X	X					X		4	57%
7.1	A situação da cooperação militar vai-se manter como está	X	X	X				X	X		5	71%
8.1	Os E.U.A. têm feito bastantes investimentos	X		X	X				X		4	57%
9.1	Limita	X	X	X					X	X	5	71%
9.2	Só reforça se tiverem autonomia e independência		X	X	X			X			4	57%

Para que a cooperação com China e Rússia não se tornem limitadoras, Angola e Moçambique terão de definir prioridades, impor limites e adotar uma postura transparente e estrategicamente autónoma. A dependência económica e os modelos pouco exigentes de cooperação chinesa e russa representam riscos, não só pelo acesso externo a recursos estratégicos, mas também pela exclusão de oportunidades oferecidas por parceiros ocidentais.

Assim, é essencial que estes países adotem uma posição de equilíbrio, beneficiando das vantagens oferecidas por ambas as esferas de influência sem comprometer a soberania. Como sublinhado por quatro dos entrevistados (57%), apenas com autonomia e independência é que poderão tomar decisões verdadeiramente benéficas para o seu desenvolvimento. A CDD portuguesa, ao centrar-se na capacitação e não na ingerência, continua a oferecer um modelo resiliente e eficaz que, para ser mantido, exigirá compromisso político e reforço contínuo. Considera-se, desta forma, respondida a QD2.

4.3. Impactos da cooperação militar da China e Rússia com Angola e Moçambique na CDD nesses países

A cooperação militar da China e da Rússia com Angola e Moçambique, embora não constitua atualmente uma ameaça direta à Cooperação no Domínio da Defesa portuguesa, cria um contexto exigente que não pode ser ignorado. Os modelos russos e chineses baseiam-se em lógicas de pragmatismo político e económico, com forte influência nas elites e estruturas de poder, que contrastam com a abordagem portuguesa centrada na formação técnica, disciplina institucional e partilha de valores democráticos.



Em Angola, a presença de conselheiros russos ao mais alto nível pode condicionar áreas sensíveis da defesa, diminuindo a margem de atuação portuguesa. Em Moçambique, apesar de uma convivência relativamente pacífica entre os diferentes modelos, existe risco de uma sobreposição de interesses, sobretudo se Portugal não reforçar a sua presença. A utilização predominante de equipamento russo e chinês levanta ainda desafios operacionais e limitações de interoperabilidade, nomeadamente em exercícios conjuntos e combinados no âmbito da CPLP.

Por outro lado, a ausência de exigências em matéria de direitos humanos por parte da China e da Rússia dá margem aos PALOP para manobras políticas que poderão afastá-los de parceiros como Portugal. Se Angola e Moçambique não definirem objetivos claros e não impuserem limites à influência externa, poderão comprometer a sua autonomia na decisão e enfraquecer parcerias mais estruturadas e duradouras como a portuguesa.

Neste contexto, a CDD portuguesa deve ser reforçada através de investimentos mais consistentes, projetos estruturados e, quando possível, iniciativas conjuntas com parceiros europeus ou atlânticos. Neste esforço, destacam-se instrumentos como os programas-quadro, cujos extratos se encontram no Apêndice G, que estabelecem uma cooperação abrangente em áreas estratégicas como o apoio à estrutura superior da defesa, ao ensino militar, à saúde militar, à segurança marítima e à ciberdefesa. Estes programas não apenas asseguram a continuidade da presença portuguesa, como também reforçam o seu valor diferenciado, promovendo a capacitação sustentável e a interoperabilidade entre forças.

Com o objetivo de responder de forma estruturada à questão central “De que forma pode a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique impactar a CDD portuguesa nesses países?”, apresentam-se, na tabela seguinte, os resultados obtidos sob a forma de uma matriz SWOT, integrando os diferentes impactos previamente identificados.

Quadro 4 – Matriz SWOT dos impactos para a CDD portuguesa

	Positivo	Negativo
Interno	FORÇAS <ul style="list-style-type: none">• A CDD portuguesa tem um modelo consolidado com programas-quadro;• Formação estruturada com doutrina bem delineada (doutrina OTAN);• Língua comum e semelhanças culturais;• Resultados comprovados;• Sem interferência direta de terceiros.	FRAQUEZAS <ul style="list-style-type: none">• Praticamente limitada à formação;• Assimetria de meios face a China e Rússia;• Possível incompatibilidade e interoperabilidade de meios.
Externo	OPORTUNIDADES <ul style="list-style-type: none">• Ineficácia da presença russa;• Inexistência de formação chinesa;	AMEAÇAS <ul style="list-style-type: none">• Elevada influência russa e chinesa a nível político e económico;



<ul style="list-style-type: none">• Alavancar parcerias bilaterais e multilaterais;• Contribuir para um equilíbrio Ocidente/Oriente em Angola e Moçambique.	<ul style="list-style-type: none">• Volatilidade interna;• Pouco investimento português
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Analisados os impactos da cooperação militar da China e da Rússia na CDD portuguesa, importa finalizar com três considerações decorrentes do pensamento crítico desenvolvido ao longo desta investigação.

Em primeiro lugar, considerando que não existem vazios de poder, Portugal deve assumir uma posição proativa e decisiva na cooperação militar com os PALOP. A presente investigação reforça a perceção de que o continente africano constitui um espaço altamente cobiçado pelas grandes potências, tanto ocidentais como orientais. Neste contexto, Portugal deve tirar partido dos laços históricos, culturais e linguísticos que o unem a estes países, bem como da sua vasta experiência em matéria de cooperação e formação no domínio da defesa, para liderar os esforços de formação e mentoria nos PALOP.

Sendo membro da OTAN e detentor de uma doutrina sólida e reconhecida, Portugal reúne as condições para assumir esse papel. Para tal, propõe-se um reforço substancial das formações, não apenas nas áreas das forças especiais, mas também em todos os ramos das forças armadas locais e diferentes postos-charneira, com programas estruturados, coerentes e adaptados aos diferentes níveis hierárquicos. Aumentar significativamente o número de oficiais e sargentos formados em escolas portuguesas, nas diferentes especialidades, poderá representar uma mais-valia estratégica para a uniformização doutrinária e fortalecimento das capacidades.

Em segundo lugar, é essencial expandir de forma significativa os exercícios conjuntos e combinados entre as forças armadas dos Estados-membros da CPLP. O exercício FELINO constitui uma excelente base, mas poderá ser insuficiente perante os desafios atuais. A proliferação de exercícios multinacionais permitirá melhorar a interoperabilidade, sobretudo ao nível das técnicas, táticas e procedimentos, numa realidade em que a maioria dos equipamentos militares continua a ser, em muitos casos, oriundo do antigo bloco soviético. Os exercícios conjuntos permitem desenvolver e harmonizar técnicas, táticas e procedimentos, assegurando que, mesmo com sistemas distintos, os militares dos vários países operam de forma coordenada e eficaz em contexto multinacional.

Por fim, um terceiro passo, este dependente da consolidação das duas iniciativas anteriores, seria a constituição de forças conjuntas da CPLP aptas a atuar em missões de



apoio à paz sob a égide das Nações Unidas. A título exemplificativo, poder-se-ia prever a constituição de um batalhão português com a integração de uma companhia de Comandos angolanos ou de uma unidade de Fuzileiros moçambicanos, aptos a operar conjuntamente numa missão internacional. Tal ambição exigiria elevados níveis de confiança, interoperabilidade e alinhamento doutrinário, objetivos que apenas poderão ser alcançados com uma cooperação estruturada, contínua e estrategicamente orientada.



5. Conclusões

A crescente presença militar da China e da Rússia em África, em particular nos PALOP, tem gerado importantes reflexões no âmbito da segurança internacional e das relações estratégicas entre os blocos ocidental e oriental. Este trabalho procurou analisar, o impacto das cooperações militares chinesa e russa com Angola e Moçambique, avaliando os seus efeitos sobre a CDD promovida por Portugal nesses países. A relevância do tema decorre não apenas da sua atualidade, mas também da necessidade de compreender como diferentes modelos de cooperação militar, com fundamentos, métodos e valores distintos, interagem, coexistem ou se contrapõem em espaços com laços históricos e linguísticos com Portugal.

A investigação seguiu uma abordagem qualitativa, com base numa análise documental e bibliográfica, complementada por entrevistas semiestruturadas a entidades com experiência direta na implementação das CDD em Angola e Moçambique. A estrutura metodológica assentou na delimitação espacial a estes dois países e temporal ao período compreendido entre 2015 e 2025, utilizando como referência o modelo DIME (Diplomático, Informacional, Militar e Económico), adotado pela OTAN, para enquadrar os instrumentos de poder aplicados pelas potências em causa.

A QD1 procurou compreender de que forma os instrumentos de poder da China e da Rússia, nomeadamente os instrumentos diplomático, informacional, militar e económico, complementam a sua cooperação militar com Angola e Moçambique. Verificou-se que, em ambos os casos, a cooperação militar, embora existente, é secundarizada relativamente a outras dimensões. A China tem apostado na projeção de poder através do investimento económico, incluindo a concessão de crédito, a construção de infraestruturas críticas e a formação seletiva de quadros militares, associada a uma lógica de presença comercial. A Rússia, por seu turno, sustenta a sua cooperação em armamento e assessoria político-militar, com forte presença em Angola, onde mantém conselheiros militares junto de estruturas de topo. Em Moçambique, essa presença foi mais ténue e ligada a empresas militares privadas, com eficácia limitada. Em ambos os países, os instrumentos diplomático e informacional são usados para consolidar redes de influência e reforçar laços históricos ou ideológicos.

A QD2 pretendia analisar em que consistem os riscos e desafios associados a estas cooperações. Em termos internos, destacam-se os riscos de sobre-endividamento, dependência tecnológica e perda de soberania, especialmente relativamente à China. A presença russa em estruturas sensíveis de decisão política e militar em Angola levanta preocupações sobre a autonomia estratégica do país. A utilização de material militar russo e



chinês também compromete a interoperabilidade e dificulta a adoção de padrões compatíveis com os modelos ocidentais. Em termos externos, um eventual alinhamento mais explícito com regimes autoritários pode prejudicar as relações diplomáticas e económicas com o Ocidente, nomeadamente com Portugal, a União Europeia ou a OTAN. O risco é agravado pelo facto de as cooperações chinesa e russa não estarem condicionadas por exigências de transparência, direitos humanos ou a responsabilização que caracteriza as parcerias com países democráticos.

A QC deste trabalho visava analisar de que forma a cooperação militar da China e da Rússia com Angola e Moçambique pode impactar a CDD portuguesa com esses países. A análise conduzida mostrou que, apesar de não existirem atualmente interferências diretas, há possíveis condicionamentos claros. A CDD portuguesa, centrada na formação e na partilha de valores democráticos, continua a ser valorizada, mas exige reforço e adaptação. Os riscos de sobreposição ou exclusão aumentam caso Portugal não reforce o seu compromisso, modernize os seus programas e defina com clareza os seus objetivos. O fortalecimento da CDD, com base em programas-quadros robustos e projetos integrados, é essencial para preservar a relevância portuguesa num contexto internacional crescentemente competitivo.

Este trabalho contribui para o esclarecimento das dinâmicas atuais das CDD em contextos disputados, evidenciando que a cooperação militar deve ser entendida como uma ferramenta de *soft power* em tempo de paz. Reforça-se também a ideia de que a CDD portuguesa, se sustentada de forma consistente e com investimento adequado, pode ser uma alternativa diferenciadora e valorizada pelos países parceiros.

Entre as limitações mais relevantes da investigação destaca-se o facto de não terem sido incluídas entrevistas a interlocutores russos, chineses ou mesmo africanos, o que poderia ter acrescentado perspetivas valiosas, apesar dos riscos metodológicos identificados. Além disso, a delimitação geográfica a apenas dois países não permite generalizações automáticas para o restante universo dos PALOP.

Recomenda-se o alargamento da investigação a outros PALOP e a possibilidade de estudos comparativos entre diferentes modelos de cooperação. Seria também pertinente identificar capacidades militares concretas que os países pretendem edificar e analisar como a experiência portuguesa pode apoiar esse desenvolvimento em projetos estruturados.

Portugal deve reforçar as suas CDD com um incremento do investimento e acima de tudo uma clarificação dos objetivos que pretende para África de uma forma geral.

Conclui-se, assim, que a cooperação militar chinesa e russa com Angola e Moçambique não inviabiliza a CDD portuguesa, mas constitui um desafio que exige atenção



estratégica. A resposta está na diferenciação do modelo português, no reforço da sua consistência e na capacidade de adaptação às realidades locais, sem abdicar da sua matriz democrática e histórica.



Referências Bibliográficas

- Alves, D. H. (2011). A Política entre as nações - A luta pelo poder e pela paz. *Prismas: Direito, Políticas Públicas e Mundialização*, 8(1). doi: 10.5102/prismas.v8i1.991
- Arduino, A. (2024, 30 de setembro). *China's Expanding Security Footprint in Africa: From Arms Transfers to Military Cooperation* [Italian Institute for International Political Studies]. Retirado de <https://www.ispionline.it/en/publication/chinas-expanding-security-footprint-in-africa-from-arms-transfers-to-military-cooperation-184841>
- Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia*. Lisboa: Edições Silabo, Lda.
- Benabdallah, L. (2024, 6 de setembro). China's Role in Africa's Critical Minerals Landscape: Challenges and Key Opportunities. *Africa Policy Research Institute*. Retirado de <https://afripoli.org/chinas-role-in-africas-critical-minerals-landscape-challenges-and-key-opportunities>
- Blishchenko, V. I. (2024). Russia – Africa: a new paradigm of interaction. *Обозреватель–Observer*, (6), 49–58. doi: 10.48137/2074-2975_2024_6_49
- Caprile, A., & Pichon, E. (2024). *Russia in Africa: An atlas*. European Parliamentary Research Service. Retirado de [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/757654/EPRS_BRI\(2024\)757654_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/BRIE/2024/757654/EPRS_BRI(2024)757654_EN.pdf)
- Carchedi, D. (2020). *Motivations of Russian Military Technical Cooperation in Africa*. Naval Postgraduate School, Monterey, California.
- Coelho, R. M. M. P. dos S. M. (2024). *Cooperación Militar Bilateral Entre España Y Portugal* (Máster Universitario en Política de Defensa y Seguridad Internacional). UNIVERSIDAD COMPLUTENSE DE MADRID, Madrid.
- CPLP. (2025). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Retirado de <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>



- Decreto-Lei n.º 155, de 12 de agosto (2005). *Constituição da República Portuguesa*. Diário da República, 1.ª Série, 40. Lisboa: Assembleia da República.
- Deych, T. L. (2019). China in Africa: A Case of Neo-Colonialism or a Win-Win Strategy? *Outlines of Global Transformations: Politics, Economics, Law*, 63–82.
- Fillingham, Z. (2024, 13 de novembro). The Lobito Corridor: Washington’s Answer to Belt and Road in Africa. *Geopolitical Monitor*. Retirado de <https://www.geopoliticalmonitor.com/the-lobito-corridor-washingtons-answer-to-belt-and-road-in-africa/>
- Foa, R., Mollat, M., Isha, H., Romero-Vidal, X., Evans, D., & Klassen, A. (2022). *A World Divided: Russia, China and the West*. Bennett Institute for Public Policy, University of Cambridge. Retirado de <https://www.repository.cam.ac.uk/handle/1810/342901>
- Freitas, M. V. (2023). The Impact of Chinese Investments in Africa: Neocolonialism or Cooperation? *Policy Brief*, (30/23), 11.
- Gerasimov, V. (2016). The Value of Science Is in the Foresight. *Military Review*, 23–29.
- Gomes, C. de M., & Afonso, A. (2009). *Os Anos da Guerra Colonial* (Vol. 1). Matosinhos: QuidNovi.
- Goumidi, A. (2023). RUSSIAN FOREIGN POLICY TOWARDS AFRICA: HISTORICAL BACKGROUND AND FUTURE PROSPECTS. *İstanbul Ticaret Üniversitesi Dış Ticaret Dergisi*, 1(4), 13–26. doi: 10.62101/iticudisticaretdergisi.1330285
- Haruna, A. I., & Salam, A. A. (2021). Rethinking Russian Foreign Policy towards Africa: Prospects and Opportunities for Cooperation in New Geopolitical Realities. *European Journal of Humanities and Social Sciences*, 1(2), 10–20. doi: 10.24018/ejsocial.2021.1.2.24
- INACOM. (2025). Instituto Angolano das Comunicações. Retirado de <https://inacom.gov.ao>
- Karabektas, S. (2024, 24 de março). Orion Policy Institute - *Russia’s Growing Military Footprint in Africa: Arms Deals and Defense Cooperation* - Orion Policy Institute.



- Retirado de <https://orionpolicy.org/russias-growing-military-footprint-in-africa-arms-deals-and-defense-cooperation/>
- Kohnert, D. (2022). The impact of Russian presence in Africa. *Gesis - Leibniz-Institut Für Sozialwissenschaften*. Retirado de <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-78259-3>
- Kurylo, B. (2024). The limits of the ‘no limits’ Russian-Chinese partnership: The case of Africa. *South African Journal of International Affairs*, 31(2), 121–149. doi: 10.1080/10220461.2024.2353262
- MFAPRC. (2024). China-Africa Relations. Retirado de https://www.mfa.gov.cn/eng/zy/wjls/3604_665547/202405/t20240531_11367591.html
- Ministério da Defesa Nacional. (2024). Portal da Defesa. Retirado de <https://www.defesa.gov.pt/pt/pdefesa/rb>
- MNE. (2025). Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Retirado de <https://portaldiplomatico.mne.gov.pt/politica-externa/comunidade-de-paises-lingua-portuguesa>
- Montenegro, R. H., & Kraychete, E. S. (2022). Investimentos e presença militar da China na África: Considerações a partir da Nova Rota da Seda. *Revista Oikos (UFRJ)*, 21(3), 63–77.
- MPLA. (2025, 19 de março). MPLA E PARTIDO RÚSSIA UNIDA REFORÇAM LAÇOS HISTÓRICOS DE COOPERAÇÃO. Retirado de <https://mpla.ao/2025/03/19/mpla-e-partido-russia-unida-reforcam-lacos-historicos-de-cooperacao/>
- Nantulya, P. (2022, 27 de maio). Africa Center for Strategic Studies - *Considerations for a Prospective New Chinese Naval Base in Africa*. Retirado de <https://africacenter.org/pt-pt/spotlight/consideracoes-para-uma-nova-base-naval-chinesa-em-africa/>



- Nantulya, P. (2023, 30 de outubro). Africa Center for Strategic Studies - *China's «Military Political Work» and Professional Military Education in Africa*. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/china-pla-military-political-work-pme-africa/>
- Nantulya, P. (2024, 2 de dezembro). Africa Center - *The Growing Militarization of China's Africa Policy*. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/militarization-china-africa-policy/>
- Nantulya, P. (2025, 10 de março). Africa Center for Strategic Studies - *Mapping China's Strategic Port Development in Africa*. Retirado de <https://africacenter.org/spotlight/china-port-development-africa/>
- NATO. (2017). *Allied Joint Doctrine (AJP-1, Ed. E, Ver. 1)*.
- NATO. (2022). *Allied Joint Doctrine (AJP-1, Ed. F, Ver. 1)*.
- Oliveira, A. J. F. de. (2008). *As fontes de Poder na Actualidade. O Papel das Forças Armadas na Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos*. Instituto Universitário Militar, Pedrouços.
- Oliynyk, M. (2024). Cooperation of the People's Republic of China With Countries of the African Continent in the Military Sphere. *Eminak*, (4(44)), 215–230. doi: 10.33782/eminak2023.4(44).683
- Paczyńska, A. (2020). Russia in Africa: is great power competition returning to the continent? *Briefing Paper*, 15/2020. doi: 10.23661/BP15.2020
- Ramani, S. (2021). Russia and China in Africa: Prospective Partners or Asymmetric Rivals? *South African Institute of International Affairs*, (120).
- Rampe, W. (2023, 23 de maio). Council on Foreign Relations - *What Is Russia's Wagner Group Doing in Africa?* Retirado de <https://www.cfr.org/in-brief/what-russias-wagner-group-doing-africa>



- Santos, L. A. B. dos, & Lima, J. M. M. do V. (2019). *Orientações Metodológicas para Elaboração de Trabalhos de Investigação* (2.^a ed., revista e atualizada). Cadernos do IUM, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Sarmiento, M. (2013). *Metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses* (Manuais). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Seabra, P. (2024). Portugal e a Cooperação no Domínio da Defesa. *Políticas de defesa de Portugal*, 397–422. Instituto da Defesa Nacional (Lisboa). Retirado de Instituto da Defesa Nacional. (Lisboa)
- Serra, J. P. S. (2021). Segurança e Desenvolvimento: uma Perspetiva da Cooperação no Domínio da Defesa. *Nação e Defesa*, (160), 19–36.
- Silva, J. D. da. (2023). *A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP): análise das suas potencialidades e vulnerabilidades para a cooperação e desenvolvimento no espaço internacional de língua portuguesa* (Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais). Instituto superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, Lisboa.
- U.S.-CESRC. (2023). *China's Relations with Foreign Militaries. Chapter 4*(Section 1), 395–435.
- Vines, A., & Wallace, J. (2023, 18 de janeiro). China-Africa relations | Chatham House – International Affairs Think Tank. Retirado de <https://www.chathamhouse.org/2023/01/china-africa-relations>
- Yazykova, E. I. (2023). Russia — Africa: old friends and perspective partners (on the example of Angola and Mozambique). *Diplomaticheskaja sluzhba (Diplomatic Service)*, (11), 518–523. doi: 10.33920/vne-01-2306-07



Apêndice A – Guião de entrevista semiestruturada de Angola/Moçambique



INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR – CONJUNTO
2024/2025

GUIÃO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

**A cooperação militar entre a Rússia/China e os países africanos de língua
oficial Portuguesa**

Racional

O guião de entrevista que se segue, foi elaborado no âmbito do Trabalho Final de Curso do Curso de Estado-Maior Conjunto 2024/2025 do Instituto Universitário Militar, subordinado ao tema “**A cooperação militar entre a Rússia/China e os países Africanos de língua oficial Portuguesa**”, e tendo como objetivo avaliar de que forma essa cooperação militar impacta a política externa portuguesa.

Os dados recolhidos nesta entrevista destinam-se, única e exclusivamente, à realização desta investigação, sendo uma mais-valia o seu contributo para a qualidade dos resultados obtidos e conseqüentemente para o sucesso da investigação.

Solicita-se autorização para poder citar os dados que, no decurso do desenvolvimento do TFC. Caso, eventualmente deseje o anonimato e confidencialidade na sua identificação, os dados oriundos da sua entrevista serão descaracterizados o suficiente por forma a serem trabalhados sem que isso comprometa a fonte de origem.

Muito obrigado pela sua disponibilidade e colaboração.



1. Como avaliaria a importância da cooperação militar da China e da Rússia para Angola/Moçambique em termos de impacto na segurança e desenvolvimento dos respetivos países?
2. De que forma pode a cooperação militar da China e da Rússia com Angola/Moçambique impactar a segurança destas regiões africanas? Pode dar exemplos concretos, como operações de apoio à paz, exercícios conjuntos, ou outros?
3. Para além da cooperação militar, como avalia a integração dos domínios diplomático, informacional e económico na relação entre Angola/Moçambique, China e Rússia? Que impacto têm esses outros domínios na cooperação militar?
4. Considera que a cooperação militar entre Angola/Moçambique, China e Rússia é o elemento central da relação entre estes países, ou faz parte de um projeto mais amplo que inclui outros domínios? Quais seriam esses outros domínios?
5. A cooperação militar entre a China, a Rússia, e Angola/Moçambique interfere, na sua opinião, com as relações de cooperação no domínio da defesa que Angola mantém com Portugal? De que forma?
6. Se considera que existe interferência nas cooperações de defesa entre Portugal e Angola/Moçambique, de que forma acha que as cooperações militares da Rússia e da China podem representar um risco para os interesses nacionais portugueses? Pode fornecer exemplos ou cenários possíveis?
7. Como prevê que a cooperação militar entre a China, a Rússia e os países PALOP evolua nos próximos 5 a 10 anos? Quais os principais desafios e oportunidades a longo prazo?
8. Considera que outras potências, como os Estados Unidos ou a União Europeia, estão a reagir à crescente cooperação militar entre a China, a Rússia e os PALOP? De que forma?
9. Na sua opinião, a cooperação militar com a China e a Rússia reforça ou limita a autonomia estratégica de Angola/Moçambique? Porquê?

**Apêndice B – Modelo de grelha de entrevista Angola/Moçambique****Quadro 5 - Modelo de grelha de entrevista Angola/Moçambique**

Tópicos	Perguntas	Informação pretendia
Geral / enquadramento	Como avaliaria a importância da cooperação militar da China e da Rússia para Angola/Moçambique em termos de impacto na segurança e desenvolvimento dos respetivos países?	Contributo para o desenvolvimento dos PALOP
Papel da cooperação militar face à presença do país	De que forma pode a cooperação militar da China e da Rússia com Angola/Moçambique impactar a segurança destas regiões africanas? Pode dar exemplos concretos, como operações de apoio à paz, exercícios conjuntos, ou outros?	Segurança da região
	Para além da cooperação militar, como avalia a integração dos domínios diplomático, informacional e económico na relação entre Angola/Moçambique, China e Rússia? Que impacto têm esses outros domínios na cooperação militar?	Cooperação militar central na relação
	Considera que a cooperação militar entre Angola/Moçambique, China e Rússia é o elemento central da relação entre estes países, ou faz parte de um projeto mais amplo que inclui outros domínios? Quais seriam esses outros domínios?	Impacto do uso dos instrumentos de poder na cooperação militar
Riscos, desafios e oportunidades	A cooperação militar entre a China, a Rússia e Angola/Moçambique interfere, na sua opinião, com as relações de cooperação no domínio da defesa que esses países mantêm com Portugal? De que forma?	Funcionamento da Cooperação militar da Rússia e China Objetivos das Cooperações no Domínio da Defesa portuguesas
	Se considera que existe interferência nas cooperações de defesa entre Portugal e Angola/Moçambique, de que forma acha que as cooperações militares da Rússia e da China podem representar um risco para os interesses nacionais portugueses? Pode fornecer exemplos ou cenários possíveis?	Ameaças às relações portuguesas com os PALOP
	Como prevê que a cooperação militar entre a China, a Rússia e os países PALOP evolua nos próximos 5 a 10 anos? Quais os principais desafios e oportunidades a longo prazo?	Evolução da relação de cooperação nos próximos anos Desafios e oportunidades para Portugal
Impactos ao nível nacional e internacional	Considera que outras potências, como os Estados Unidos ou a União Europeia, estão a reagir à crescente cooperação militar entre a China, a Rússia e os PALOP? De que forma?	Postura Ocidental
	Na sua opinião, a cooperação militar com a China e a Rússia reforça ou limita a autonomia estratégica de Angola/Moçambique? Porquê?	Perspetiva nacional



Apêndice C – Listagem de entrevistados

Quadro 6 - Lista de entrevistados versão Angola

E	Identificação	Função / Experiência	Data	Meio
E A1	BGen Miguel Pereira da Silva	Coordenador da Cooperação no Domínio da Defesa entre Angola e Portugal	05FEV25	Email
E A2	Cor Estêvão da Silva	Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Luanda	28MAR25	Vídeo conferência (VTC)
E A3	Cor Cancelinha	Chefe da DCOIS	21MAR25	Presencial
E A4	CTEN Maria Cachinho	DGPDN - Angola	07MAR25	Email

Quadro 7 - Lista de entrevistados versão Moçambique

E	Identificação	Função / Experiência	Data	Meio
E B1	COM Rui Leite da Cunha	Coordenador da Cooperação no Domínio da Defesa entre Moçambique e Portugal	21FEV25	Email
E B2	CMG Paulo Gonçalves da Silva	Ex-Adido de Defesa junto da Embaixada de Portugal em Maputo	09MAR25	Vídeo conferência (VTC)
E B3	TCor Silva Ferreira	Diretor de Projeto - Moçambique	12MAR25	Email



Apêndice D – Síntese das respostas às entrevistas de Angola com unidades de contexto e de registo

Quadro 8 – Excerto respostas à Q1 (Angola)

Q1	Como avaliaria a importância da cooperação militar da China e da Rússia para Angola em termos de impacto na segurança e desenvolvimento do país?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> • “A cooperação militar faz-se ao nível da compra de material chinês e da frequência de cursos na China, por militares angolanos” • “... o contributo da cooperação militar não é significativo quando olhado em separado, por si só. Tem de ser visto dentro do pacote mais global da cooperação entre Estados, dado o elevado investimento chinês, feito em infraestruturas em Angola e a dívida do Estado angolano à China” • “Angola deve cerca de 14,15 mil milhões de dólares (13,45 mil milhões de euros) à China, estando acordado que esta dívida será paga com petróleo (...) existindo atualmente um esforço de Angola para se desvincular deste compromisso com a China e conseguir pagar a dívida até 2028” • “a cooperação militar da China com Angola, por si, não tem impacto marcante na segurança e desenvolvimento do país” • “A cooperação militar faz-se ao nível da Assessoria e da frequência de cursos na Rússia, por militares angolanos” • “Com a Rússia não estamos a falar do instrumento de poder económico, mas sim dos restantes três (Diplomático, Informacional e Militar), exercidos pela Rússia com a perspetiva histórica do apoio fundamental ao MPLA, como “pano de fundo”, para inicialmente conseguir lutar militarmente contra Portugal, até à independência, e posteriormente vencido a UNITA na luta interna pelo poder no país” • “A formação ministrada na Rússia teve e continua a ter influência nos militares angolanos, sendo possível constatar-la ao nível dos Oficiais Gerais e Coronéis (...) a cooperação militar da Rússia com Angola tem impacto direto na segurança e nas opções que são realizadas ao nível da estrutura e organização das Forças Armadas” 	<p>1.1</p> <p>1.2</p> <p>1.5</p> <p>1.3</p> <p>1.4</p>
E A2	<ul style="list-style-type: none"> • “É de relevante importância para Angola a cooperação militar com a Rússia” • “não existe uma verdadeira cooperação militar com a China. Não se veem chineses nas equipas ou nas unidades, nos órgãos de estado maior dos ramos, nos comandos das Forças Armadas... Não vejo elementos chineses a fazer assessoria. No entanto, existe fornecimento de equipamentos um pouco avulso e sem preocupação de fornecer uma verdadeira capacidade” • “A Rússia (...) forneceu muito armamento e muito material, mas agora menos. Mas existe ao nível estratégico militar, muito mais efetivos do que Portugal (...) nas suas cooperações. (...) também têm bastante cooperação ao nível estratégico-político, inclusivamente, oficiais gerais na Casa Militar do Presidente como assessores e conselheiros (...) devido ao tipo de regime e doutrina que mais se adequa à forma de estar destas regiões” • “ao nível tático (...), não creio que exista grande vantagem dos russos relativamente a nós, enquanto Ocidente (...) a nível de doutrina política parece-me óbvio que o sistema existente na Rússia aplicado aqui tem bastante terreno fértil para vingar” • “Continua a ser um dos pilares da cooperação RUS- ANG (...) com uma presença mais reduzida” • “apoio à mineração de ouro e diamantes (...) já estamos a falar não só da componente militar, mas também da parte económica que acaba por estar diretamente relacionada. O facto da dívida angolana para com a Rússia estar paga ou quase paga acaba por fazer com que Angola mantenha esta relação sem estar sufocada, ou seja, podendo decidir o que lhe é mais vantajoso”. • “A China não anda a reboque de terceiros, tem uma enorme preponderância ao nível económico e do desenvolvimento (...) há alguns Oficiais que vão à China ter formações militares, mas não são muitos” • “Comparativamente com Portugal diria que a cultura e a língua são sem dúvida grandes vantagens, diria até preponderantes, mas não podemos ficar só por aí. Na parte do material e do armamento estamos muito aquém ao nível do fornecimento, pois eles são muito mais agressivos a nível comercial. (...) Eles emprestam o dinheiro para que os angolanos lhes possam comprar os aviões.” 	<p>1.2</p> <p>1.1</p> <p>1.5</p> <p>1.3</p>



E A3	• “ Não é visível a atividade de cooperação militar chinesa em Angola. Há militares angolanos a frequentar cursos de formação na China ”	1.2
	• “Em virtude do pagamento aos conselheiros Russos ser da responsabilidade das Forças Armadas de Angola (FAA), foi verificada a redução de conselheiros Russos em Angola. Os angolanos estão muito agradecidos pelo apoio prestado pelos Russos durante a sua Guerra pela Independência e durante a Guerra Civil. Continuam a ser enviados militares angolanos para a frequentar cursos de formação na Rússia , Academias, cursos de promoção, curso de arte operativa e curso de estratégia. Basicamente os cursos de carreira. Os cursos técnicos nem tanto porque existem muitos meios que já não estão operacionais.”	1.3
	• “ A área de atuação dos conselheiros Russos assenta na formação, ensino e preparação combativa” • “Verifica-se um sentimento pró-russo em parte dos militares angolanos, em virtude de terem estudado na Rússia e terem estabelecidos laços de amizade com os Russos”	1.5
E A4	• “Muito importante. A consultadoria RUSSA posiciona-se em toda a estrutura da segurança e defesa Angolana. ”	1.5
	• “A cooperação chinesa está presente no desenvolvimento económico do país e assume particular interesse o facto de ser um fornecedor de destaque de equipamento militar a Angola.” • “A presença da cooperação militar da China e da Rússia em Angola aumenta a influência geopolítica desta na região, impactando na segurança e na política regional”	1.1

Quadro 9 - Excerto respostas à Q2 (Angola)

Q2	De que forma pode a cooperação militar da China e da Rússia com Angola impactar a segurança destas regiões africanas? Pode dar exemplos concretos, como operações de apoio à paz, exercícios conjuntos, ou outros?	UR
E A1	• “ Na atual conjuntura não prevejo que essa cooperação militar, da China e da Rússia com Angola, possa impactar a segurança da região ” • “Da China não certamente (...) da Rússia não é provável” • “Angola pretende iniciar a projeção de Forças para o exterior através da participação em Operações de Apoio à Paz, penso que quando lhe for possível o fará através de uma Organização Internacional Regional Africana ou diretamente da ONU”	2.1
E A2	• “Pode e é capaz de impactar, principalmente no âmbito da genética. (...) se eles quisessem impactar brutalmente com a criação de capacidades, podiam-no fazer com resultados, creio eu, absolutamente significativos. ” • “Na componente operacional, a Rússia leva vantagem à China pelo histórico e doutrina que já vem sendo do conhecimento dos angolanos” • “Não existem muitas capacidades nas Forças Armadas Angolanas que tenham atingido a FOC, falta sempre qualquer coisa. As maiores lacunas na maioria das situações são a formação, o treino e a manutenção.”	2.2
E A3	• “ Em virtude de apenas haver conselheiros russos ao nível da estrutura superior do Exército e Forças Armadas, o impacto com a segurança é feito de forma indireta , através da implementação de processos e procedimentos assimilados.” • “A formação dada pelos portugueses tem sido o mais importante para a segurança na região, principalmente a formação de forças especiais e destas a formação de Comandos. Para além de ser um tipo de combate que se adequa perfeitamente aquele tipo de terreno, é também perfeitamente adaptado à ameaça e às necessidades (...) O único problema é que a duração destas formações é de um ano (...) o tempo que normalmente se precisa para se ganhar confiança entre formadores e formandos e quando estávamos prontos para colher os frutos é quando o tempo acaba” • “... creio que temos sido muito mais importantes para a segurança da região do que os chineses e os russos”	2.3
E A4	• “ Formação e treino no âmbito das Operações de Apoio à Paz; Ensino e formação de quadros superiores com matriz diretiva e capacitação das FAA; Fornecimento de Equipamento e material (reequipamento das forças); Formação, treino e capacitação de militares e polícias na Rússia e na China, aumenta a capacidade de Angola em projetar poder e lidar com ameaças de segurança interna e regional ”	2.3



Quadro 10 - Excerto respostas à Q3 (Angola)

Q3	Para além da cooperação militar, como avalia a integração dos domínios diplomático, informacional e económico na relação entre Angola, China e Rússia? Que impacto têm esses outros domínios na cooperação militar?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> • “Da parte da China nenhum” • “da parte da Rússia os instrumentos de poder diplomático e informacional têm influência e impacto no militar” 	3.1
E A2	<ul style="list-style-type: none"> • “A dívida externa à Rússia está paga, mas a da China tem um enorme peso nas políticas e nas opções possíveis para o alavancar a economia” • “O facto de a China ser um enorme credor de Angola, permite-lhe estar presente na esfera de influência e na tomada de bastantes decisões de alto nível, inclusivamente de nível político” • “Os interesses destes países e as respetivas economias têm maior importância do que a economia de Angola” • “Aqui reside o principal fator de subdesenvolvimento da economia angolana, pois os empréstimos tendem a ser o principal meio de pagamento das dívidas e não o meio para desenvolvimento da capacidade de aumentar o produto interno” • “Associado a esta realidade ainda temos e não a podemos esquecer, a agravante da corrupção estrutural” 	3.2
E A3	<ul style="list-style-type: none"> • “A China centra a sua atividade nas trocas comerciais e construção, mas também a exploração dos recursos naturais: madeiras raras e pesca. Fala-se também em diamantes, ouro e outros metais preciosos, mas não tenho provas dessa atividade” • “Angola tem uma grande dívida para com a China (...) acabem por fazer um pouco aquilo que querem. Estão a ser feitas muitas infraestruturas, mas não são ao acaso, (...) existe um interesse na construção das mesmas. Acabam por levar a sítios que estão a ser explorados por chineses” • “A Rússia perdeu influência durante a governação do Presidente João Lourenço. Mas a Rússia assenta no domínio militar e fruto das relações de longa data há sempre uma afinidade ao regime russo. Muitas vezes este material militar fornecido ao contrário do que os Angolanos desejariam é material já obsoleto em vez de serem materiais atuais e tecnologicamente avançados.” 	3.2 3.3
E A4	<ul style="list-style-type: none"> • “Angola tem dependência da China e da Rússia nos domínios diplomático, informacional e económico que fortalece a confiança mútua e facilita a coordenação em questões de segurança e defesa” • “No domínio informacional, Angola, desde o período da Guerra Fria, tem cooperado com a Rússia em tecnologias de informação e telecomunicações. Inclui-se o desenvolvimento de infraestruturas tecnológicas e a alargamento da rede de banda larga, o que pode melhorar a capacidade de comunicação e coordenação em operações militares. Ademais, a persistente troca de informações e a colaboração em cibersegurança também são áreas relevantes que impactam positivamente na cooperação militar” • “No que tange ao domínio económico, sobretudo a China, tem sido um dos principais investidores em infraestruturas e exploração de recursos naturais em Angola” • “A integração dos domínios diplomático, informacional e económico fortalece a base para a cooperação militar, onde destaco: Confiança e Coordenação: A cooperação diplomática e informacional melhora a confiança mútua e facilita a coordenação em operações militares (...)A Capacitação e Infraestrutura: A cooperação económica e informacional contribui para o desenvolvimento de infraestruturas e capacitação tecnológica, essenciais para operações militares eficazes (...)A Estabilidade Regional: A estabilidade económica e a cooperação diplomática promovem um ambiente mais seguro e estável, facilitando a cooperação militar.” 	3.1 3.2 3.3

Quadro 11 - Excerto respostas à Q4 (Angola)

Q4	Considera que a cooperação militar entre Angola, China e Rússia é o elemento central da relação entre estes países, ou faz parte de um projeto mais amplo que inclui outros domínios? Quais seriam esses outros domínios?	UR
----	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----



E A1	<ul style="list-style-type: none"> • “Da China como potência global certamente que não, o elemento central é a cooperação económica na vertente da exploração chinesa dos diversos e vastos recursos naturais angolanos, a troco de empréstimos e construção de infraestruturas” • “Da parte da Rússia, no atual contexto internacional, a cooperação militar é o eixo central dessa relação” 	4.1 4.3 4.2
E A2	<ul style="list-style-type: none"> • “Para a Rússia ainda é um dos pilares principais, talvez até o principal, embora haja interesses ao nível diplomático e informacional (...) acabam por tirar partido do facto de estarem bem enraizados em Angola para recolher informação, para se assumirem na região como uma potência, etc.” • “Para a China nem tanto, a não ser que daí resulte vantagem económica através de aquisições ou contratos de Defesa” • “Ambos tem presença no domínio económico, embora este seja maior (atualmente) com a China.” • “Ambos tem interesses na indústria de mineração e de outros recursos naturais.” 	4.2 4.1 4.3
E A3	<ul style="list-style-type: none"> • “A maioria da dívida de Angola foi suportada/financiada pela China, situação essa que lhe permite explorar sem grande controlo os recursos naturais e minerais em todo o território de Angola. O foco da cooperação por parte da China é o retorno económico que ela traz” • “Por parte da Rússia o elemento central aparenta ser o domínio militar” 	4.1 4.3 4.2
E A4	<ul style="list-style-type: none"> • “A cooperação militar não é o elemento central da relação entre os países, contudo, a presença destes em Angola projeta a influência regional de Angola. É apenas uma parte do relacionamento multifacetado entre Angola, China e Rússia.” • “São exemplos os projetos de saúde chineses em Angola, que tem contribuído para o setor da saúde com doações de equipamentos médicos e construção de hospitais (...) Os projetos energéticos quer da China, quer da Rússia em Angola, nomeadamente renováveis, petróleo e gás (...) Os projetos tecnológicos, por um lado a China com as telecomunicações, por outro a Rússia com o cibersegurança.” • “Angola irá explorar a interdependência com estes países fortalecendo relações e laços, mas também, beneficiando-se do apoio e dos investimentos destes, veja-se os projetos de infraestruturas, como estradas, pontes, aeroportos e instalações de energia” • “Angola procura um crescimento sustentável, diversificando projetos em diferentes áreas promovendo o desenvolvimento e a estabilidade regional (...) procura um posicionamento regional relevante, de influência até global” 	4.1 4.3

Quadro 12 - Excerto respostas à Q5 (Angola)

Q5	A cooperação militar entre a China, a Rússia, e Angola interfere, na sua opinião, com as relações de cooperação no domínio da defesa que Angola mantém com Portugal? De que forma?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> • “Da China não” • “Da Rússia sim, na medida em que nas diversas estruturas dos Ramos das Forças Armadas e do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a influência e as decisões para a utilização/estudo de doutrina Ocidentalizada vs russa, a frequência de cursos em países NATO vs Rússia, etc, é exercida por militares que frequentaram (ou não) cursos na Rússia ou têm (ou não) contactos com a Assessoria russa” • “existe uma interferência indireta, especialmente por via dos Oficiais angolanos que têm (...) ligação à Rússia, decorrente de cursos frequentados lá” 	5.1
E A2	<ul style="list-style-type: none"> • “Não considero que afete, mas é possível que possa interferir” • “Para contrariar esta possibilidade, considero que se possa ter que equacionar o alinhamento da CDD com capacidades tangíveis e a prazo, ou seja, para além do acompanhamento de processos, como seja o educativo e de preparação combativa das forças especiais (escola superior de guerra e o projeto dos comandos), termos projetos ou sub-projetos dos existentes, orientados especificamente para a capacidade A, B ou C (...) uma espécie de projeto “chave na mão”.” 	5.1 5.2
E A3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não, os angolanos sabem separar estas situações. Verifica-se uma dívida de gratidão com Portugal porque nunca abandonamos aquele país.” • “Nós temos grandes vantagens face a esses países (...) somos nós que suportamos os custos dos nossos militares que se encontram nessas cooperações ao contrário por exemplo da Rússia cujos militares que lá estão são pagos por Angola (...) falamos a mesma língua o que acaba por ser uma enorme 	5.2



	<p>vantagem (...) nós deixamos a doutrina escrita, quando termina a formação todo o conhecimento que foi passado pode ser consultado e inclusivamente pode ser passado a outros, ao contrário daquilo que acontece com a Rússia que eles vão lá tirar as formações, mas só trazem os apontamentos que tirarem”</p> <ul style="list-style-type: none"> • “Portugal juntamente com os EUA poderia explorar mais a sua cooperação militar, uma ação coordenada entre os dois países provavelmente traria mais frutos a Angola, mas os angolanos não querem (...) Existe muita resistência a uma união dos ocidentais” 	
E A4	<ul style="list-style-type: none"> • “Angola, sabiamente, tem explorado a complementaridade. Tem adotado uma estratégia de diversificação de parcerias que lhes permite beneficiar de todos de diferentes formas, fontes de apoio e expertise” • “A cooperação militar entre a China, a Rússia e Angola pode coexistir com a cooperação no domínio da defesa que Angola mantém com Portugal, desde que seja gerida de forma equilibrada e transparente.” • “... quando existem conflitos de interesse, por exemplo o posicionamento de Portugal relativo à invasão da Ucrânia pela Rússia e Angola ter um posicionamento antagónico, tem interferência nas relações entre os dois países” 	<p>5.2</p> <p>5.1</p>

Quadro 13 - Excerto respostas à Q6 (Angola)

Q6	Se considera que existe interferência nas cooperações de defesa entre Portugal e Angola, de que forma acha que as cooperações militares da Rússia e da China podem representar um risco para os interesses nacionais portugueses? Pode fornecer exemplos ou cenários possíveis?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> • “Eu não considero que essa interferência, russa, coloque em causa ou represente risco para a Cooperação ANG-PRT” • “Os laços históricos, culturais, a língua, o número de angolanos em Portugal e de portugueses em Angola, são muito fortes e como alguns angolanos dizem “estamos condenados a viver juntos”.” 	<p>6.1</p> <p>6.2</p>
E A2	<ul style="list-style-type: none"> • “Para já, não o considero como interferência, mas sim como competidores” • “A Rússia não está em par de igualdade connosco (...) têm cá três generais e em posições muito mais privilegiadas que nós, enquanto nós temos um oficial general que é o diretor do projeto nº 1 e Coordenador da CDD” • “Os angolanos estão a sentir a necessidade de ter um conceito estratégico de defesa nacional e um conceito estratégico militar e isto é uma área que já devia estar mais avançada, mais desenvolvida. Até porque se nós não contribuirmos para este desenvolvimento, irão outros contribuir.” 	<p>6.1</p> <p>6.3</p>
E A3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não verifiquei durante o ano que estive em Angola qualquer interferência, porque as tarefas são separadas (...) Não me parece que haja interferência porque trabalhamos em áreas distintas.” • “Os angolanos são uma potência africana e deve ser uma referência até em operações em África (...) O nosso foco é essencialmente a formação e temos o nosso lugar bem definido, principalmente na formação de tropas especiais” 	<p>6.1</p> <p>6.3</p>
E A4	<ul style="list-style-type: none"> • “Angola mantenha a diversificação de parcerias, pois beneficia com elas, porém, é importante que Angola alinhe os interesses e objetivos de todos os seus parceiros para evitar conflitos de interesse.” • “A falta de transparência e comunicação pode impactar negativamente nas relações entre os países. Sendo Portugal um membro da EU e da NATO, caso Angola defina o seu posicionamento de política externa com a China e a Rússia, pode ser percebido como uma ameaça, criando tensões e impactar negativamente nos interesses nacionais, limitar oportunidades de investidores e empresas ocidentais.” • “Também na formação, ensino e capacitação das FAA, onde não existe doutrina nacional, perduram diferentes padrões e práticas, criando incompatibilidades, dificuldades de interoperabilidade prejudicando uma atuação com eficácia de operações conjuntas e combinadas.” 	

Quadro 14 - Excerto respostas à Q7 (Angola)

Q7	Como prevê que a cooperação militar entre a China, a Rússia e os países PALOP evolua nos próximos 5 a 10 anos? Quais os principais desafios e oportunidades a longo prazo?	UR



E A1	<ul style="list-style-type: none"> “... não sei como vai evoluir. Angola está num impasse estratégico entre o Ocidente (EUA, NATO e Europa) e o Oriente (China e Rússia) cuja decisão vai influenciar as próximas décadas” “É fácil para Angola ter material militar e o apoio económico chinês a troco de recursos naturais que existem (não representam encargo para o Estado), enquanto mantém a relação histórica e o sentimento de dívida para com a Rússia” “Por outro lado, o poder de atração americano/europeu, os valores e cultura ocidental, e a NATO, exercem muita influência e representam algo que Angola gostaria de ter/pertencer/igualar” “O desafio para Angola é escolher, e espero que escolha o lado certo. Enquanto existir esta indefinição, a cooperação militar com a Rússia, a China ou Portugal não terá desenvolvimentos significativos” 	7.2 7.2 7.1
E A2	<ul style="list-style-type: none"> “É difícil (...) num mundo em permanente mutação e (...) África ainda (...) mais imprevisível. Estou convencido que com as atuais conjunturas o apoio da Rússia tenderá a manter-se e o da China a aumentar perante a competitividade com os EUA.” 	7.1 7.3
E A3	<ul style="list-style-type: none"> “Há uma tendência para reduzir a cooperação com a Rússia, relacionada com a liderança política do país ao dia de hoje, que é uma liderança pró-ocidental ou pró-americana” “Contrariamente a outros países de África (...) a Rússia reduziu a sua pegada, principalmente devido à liderança política, o que para os portugueses é ótimo, mas creio que nem sempre aproveitamos da melhor maneira. Portugal até poderia ser uma “ponte” para os EUA.” “A China aparentemente só está interessada no comércio, construção e exploração de recursos naturais e minerais e enquanto Angola não pagar a dívida os chineses irão manter-se por lá. (...) eu não acredito que num curto ou médio prazo essa dívida seja paga.” 	7.2 7.1
E A4	<ul style="list-style-type: none"> “Angola vai procurar uma gestão equilibrada e transparente das parcerias que tem com China, Rússia e Portugal, procurando minimizar os riscos e maximizar os benefícios” 	7.3

Quadro 15 - Excerto respostas à Q8 (Angola)

Q8	Considera que outras potências, como os Estados Unidos ou a União Europeia, estão a reagir à crescente cooperação militar entre a China, a Rússia e os PALOP? De que forma?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> “...falando por Angola e creio que pela RCA que também conheço, a União Europeia não está agindo, nem reagindo” “Em Angola, os EUA, se continuarem o “trilho” esboçado pela Administração Biden, vão continuar a investir no fornecimento de equipamento militar, em especial para a Marinha, e em Assessorias” “O investimento anunciado pelos EUA na renovação do corredor do Lobito (linha ferroviária de 1.300 quilómetros, desde a Zâmbia até ao porto do Lobito), no valor de 4 biliões de dólares, é uma clara contraofensiva à ação chinesa” “Creio que os EUA elegeram Angola como player regional, resta ver como Angola vai gerir/controlar e rentabilizar os meios, equipamentos e infraestruturas previstos nos Acordos Angola-EUA” 	8.2 8.1
E A2	<ul style="list-style-type: none"> “Sim. Embora a reação da UE não esteja articulada nem falada a uma voz. A reação é maior da parte da Espanha e da França (...) Essa reação vem na sequência da forte presença chinesa, a qual já se verifica (...) há muitos anos. A UE e os EUA têm de saber como aliar a eficácia com a diplomacia” 	8.2
E A3	<ul style="list-style-type: none"> “Em Angola os Estados Unidos, tem mostrado vontade em estabelecer e desenvolver projetos de cooperação militar. Através do fornecimento de equipamento militar, construção e reabilitação de infraestruturas militares, ministrar formação e treino.” “Há militares Angolanos a ter formação nos Estados Unidos, em diferentes áreas do saber. Os fuzileiros americanos já ministraram formação e já inclusivamente forneceram material. Esta cooperação ao nível da Marinha foi a que mais avançou” 	8.1 8.1



	<ul style="list-style-type: none"> “Existe um projeto no sentido de desenvolver uma base naval em Angola que contribua para a segurança na região do Golfo da Guiné. O facto do Comandante da Marinha ter frequentado a Escola Naval em Portugal acaba por contribuir para esta visão mais Ocidental” “O Exército poderia apostar mais na cooperação em Angola, mas acabamos por estar limitados na medida em que não podemos competir com a Rússia. Nós não conseguimos ter material para dar, aliás nem para vender. Os russos têm outra dimensão e acabam por conseguir fornecer equipamento e armamento, ainda que muitas vezes sejam coisas obsoletas.” 	
E A4	<ul style="list-style-type: none"> “Claramente os EUA, para contrabalançar a influência crescente da China e da Rússia na esfera global. Têm procurado o fortalecimento das parcerias e alianças com países africanos e outras nações para promover a segurança e a estabilidade, através assistência econômica e militar.” “A EU promove a diplomacia e a cooperação transparente com países africanos procurando robustecer laços económicos, políticos e a estabilidade regional. Ao mesmo tempo fortalece a capacidade de resposta a ameaças e riscos externos.” 	8.1

Quadro 16 - Excerto respostas à Q9 (Angola)

Q9	Na sua opinião, a cooperação militar com a China e a Rússia reforça ou limita a autonomia estratégica de Angola? Porquê?	UR
E A1	<ul style="list-style-type: none"> “...na perspetiva da cooperação militar, acho que limita (...) porque esses países, pelas diferenças que têm com Angola, nas mais diversas áreas, não conseguem ajudar Angola a dar o “salto” de modernidade, desenvolvimento e crescimento que o país deseja, e consequentemente a ser “olhado” pelos vizinhos como um caso de sucesso e com poder de influência” “Por outro lado, e pensando agora na Administração Trump, a ambiguidade que atualmente prevalece terá consequências negativas para Angola” 	9.1
E A2	<ul style="list-style-type: none"> “Só pode reforçar se o executivo tiver a capacidade de impor limites, escolher os objetivos e determinar o caminho para os atingir. Todos em conjunto devem reforçar a credibilidade do executivo por serem coerentes, exequíveis e estratégicos para o desenvolvimento nacional. Caso contrário, os apoios externos manter-se-ão como fontes de “lavagem de ativos”.” “Contraí-se o empréstimo, o credor determina onde Angola deve aplicar os fundos, os fundos são aplicados em ações desenvolvidas por meios do credor. Naturalmente os fundos retornam ao credor e no final fica o produto do empréstimo/ação (que pode não ser assim tão estratégico) e fica a dívida, essa sim durante muito tempo” 	9.2 9.1
E A3	<ul style="list-style-type: none"> “No que aos Chineses diz respeito limita, pois, fruto do nível de desenvolvimento do país, o elevado valor da dívida Angolana, tudo isto contribui para o baixo valor da moeda angolana” “No que aos Russos diz respeito tenho dúvidas vai depender de quem liderar politicamente o país. Se é pró-russo ou pró-ocidental. Os russos pretendem ter uma rede de aliados e no fundo aumentar a sua influência na região.” “A nossa vantagem e o nosso sucesso advêm do facto de nos embrenharmos na cultura dos povos, não fazermos juízos de valor e não praticarmos apartheid nem apontamos o dedo a ninguém. Acaba por ser este cultural awareness que vai fazer a diferença no terreno, esta postura e uma presença apoiada nos três pilares que são: o respeito mútuo, a disponibilidade permanente e a competência” 	9.1 9.2
E A4	<ul style="list-style-type: none"> “Enquanto Angola se souber posicionar sabiamente, entre o equilíbrio das cooperações, a diversificação de parcerias e a transparência, beneficiando-se com todos, a cooperação militar é um reforço. No momento em que ficar dependente de algo é limitação” 	9.2



Apêndice E – Síntese das respostas às entrevistas de Moçambique com unidades de contexto e de registo

Quadro 17 - Excerto respostas à Q1 (Moçambique)

Q1	Como avaliaria a importância da cooperação militar da China e da Rússia para Moçambique em termos de impacto na segurança e desenvolvimento do país?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “A cooperação militar, quer da China, quer da Rússia, resultam de contextos históricos anteriores à criação do País.” “... o apoio prestado aos movimentos de libertação e posteriormente a Moçambique, permitiram numa primeira fase sustentar a insurgência e, posteriormente, apoiar a criação e edificação de capacidades das Forças Armadas.” “Este auxílio teve em primeiro lugar objetivos políticos no âmbito da guerra fria e, em segundo lugar, interesses económicos que ainda hoje perduram. (...) a cooperação militar com estes dois países teve uma importância elevada no passado, servindo de veículo de ligação (...) esta cooperação permitiu estreitar laços de amizade e solidariedade, marcados pela sintonia de posições políticas e de laços económicos, mais visíveis no relacionamento com a China.” 	
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “Na segurança interna, julgo que poderá haver resultados porque tenho ideia da Polícia da República de Moçambique utilizar armamento ligeiro de fabrico chinês.” “A cooperação da China para o desenvolvimento (...) ocorre através da construção de infraestruturas civis. Não tenho ideia que exista uma cooperação militar a contribuir para o desenvolvimento, até porque se houvesse, creio que o país não estaria no nível em que estava.” “O pouco que se conhece, (...) na área da formação de militares não terá havido mais-valias significativas para as fileiras com contributos quer da China, quer da Rússia.” 	1.1 1.2
E B3	<ul style="list-style-type: none"> “... continuam a ser enviados quadros militares moçambicanos para a frequência de cursos militares na China e Rússia” “...não detetei uma única vez uma evidência clara da cooperação militar desses países” “... (Moçambique) tem reconhecido veementemente o apoio da União Europeia, através da EUMAM e anteriormente da EUTM, tem sido reconhecido oficialmente, de Portugal, que tem estado bastante empenhado na coordenação da disponibilização de material e equipamento militar, formação e uniformização de doutrina” “... uma opinião, o impacto será reduzido” 	1.3 1.2

Quadro 18 - Excerto respostas à Q2 (Moçambique)

Q2	De que forma pode a cooperação militar da China e da Rússia com Moçambique impactar a segurança destas regiões africanas? Pode dar exemplos concretos, como operações de apoio à paz, exercícios conjuntos, ou outros?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “... a cooperação militar destes dois países resulta de uma ligação histórica que deixou marcas que perduram até aos dias de hoje. Talvez uma das mais marcantes prende-se com o armamento utilizado pelas Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), que me arrisco a dizer que na sua totalidade provém destes dois países” “... os países ocidentais, por princípio, não fornecem material militar letal, mantendo assim a dependência de Moçambique em armamento chinês e russo. No período em que tenho estado em Moçambique não tenho constatado que haja qualquer realização de exercícios conjuntos ou algum tipo de operações (...) alguns equipamentos militares (helicópteros) são operados no Teatro de Operações Norte (TON), que engloba Cabo Delgado, por militares russos (...) a ligação entre Moçambique e estes dois países, poderá permitir que, em caso de crise ou conflito, haja uma participação direta de forças destes países.” 	2.3
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “A Rússia não tenho conhecimento...” 	



	<ul style="list-style-type: none"> “... a China tem planeado alguns exercícios não só com Moçambique, mas envolvendo também a Tanzânia e a Mongólia. Estes exercícios focados no combate ao terrorismo ocorreram em julho de 2024.” “Basicamente a parte da formação e treino das forças armadas moçambicanas está mais a cargo dos países ocidentais, não só Portugal, mas também outros países da Europa e até dos Estados Unidos da América (...) Os EUA realizaram o exercício “Cutlass Express 2024” através do (...) AFRICOM (...) em Moçambique e com a participação das suas Forças Armadas (...) esteve inclusivamente presente um navio patrulha oceânico português que esteve na região de Pemba (...) Portugal poderia fazer esta “ponte” entre Moçambique e o Ocidente.” 	
E B3	<ul style="list-style-type: none"> “... a cooperação militar apenas pode impactar com o emprego de forças russas e chinesas” “... tenho muitas dúvidas que, por questões políticas e por eventual argumento de incapacidade do Estado em garantir a segurança, a República de Moçambique aceite algo mais do que a disponibilização de equipamento, armamento e formação.” 	2.2

Quadro 19 - Excerto respostas à Q3 (Moçambique)

Q3	Para além da cooperação militar, como avalia a integração dos domínios diplomático, informacional e económico na relação entre Moçambique, China e Rússia? Que impacto têm esses outros domínios na cooperação militar?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “A China e a Rússia têm fortes laços diplomáticos estabelecidos” “... sendo claramente visíveis os investimentos económicos da China em Moçambique.” “... Rússia, a presença empresarial não é tão visível, pelo menos na capital. Será relevante referir que estes dois países proporcionaram a formação de quadros especializados, tanto ao nível das Forças Armadas como ao nível da sociedade civil, o que permite uma ligação mais aberta com os países de acolhimento (...) Rússia, para além do seu Adido de Defesa tem um oficial general coordenador da cooperação bilateral, residente.” 	3.2 3.1
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “... a China “constrói tudo” o que o governo de Moçambique lhes pede, designadamente no domínio da construção civil, consubstanciado em infraestruturas públicas: pontes, portagens, aeroportos, etc. Entenda-se infraestruturas que permitam cobrança de taxas e impostos. O modelo chinês baseia-se exatamente nisso, numa cooperação económica acima de tudo.” “... da Rússia, não foi perceptível a concretização de ações nesses domínios. Houve apoio do grupo Wagner na altura no início do conflito em Cabo Delgado, mas correu terrivelmente mal.” 	3.2 3.1
E B3	<ul style="list-style-type: none"> “Não posso dizer o impacto na cooperação militar, mas o que é claro é que presença, especialmente chinesa, em Moçambique faz-se fundamentalmente no âmbito económico” “A diáspora chinesa em Maputo é significativa, e o conhecimento de que frotas de pesca chinesa e outras empresas das mais diversas áreas têm uma atividade massiva é generalizado” 	3.2 3.3

Quadro 20 - Excerto respostas à Q4 (Moçambique)

Q4	Considera que a cooperação militar entre Moçambique, China e Rússia é o elemento central da relação entre estes países, ou faz parte de um projeto mais amplo que inclui outros domínios? Quais seriam esses outros domínios?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “Eu diria que não, o elemento central da relação entre estes países é no domínio económico, nomeadamente através da exploração das indústrias extrativas, em primeiro lugar, e da instalação de complexos industriais (como é o exemplo da produção de cimento por fábrica chinesa, em Moçambique), em segundo lugar.” “... a presença chinesa na economia moçambicana é claramente visível, quer seja através dos produtos que são importados, quer seja pela presença das mais diversificadas indústrias” “... Rússia a sua presença é muito mais discreta, pressupondo-se que a sua presença ocorra junto das indústrias extrativas, longe da capital.” 	4.1 4.3 4.3
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “Não tenho ideia de que a cooperação militar seja o elemento central da relação entre esses países e Moçambique.” 	



	<ul style="list-style-type: none"> “... a estratégia da China é praticamente toda ela económica. O objetivo da China essencialmente é desenvolver a sua economia gerando lucro, pouco lhes importa o desenvolvimento social do país. A relação da China passa por colaborar em todas as áreas onde possa obter contrapartidas, em alinhamentos com os governantes que dão prioridade, precisamente, a empreendimentos de onde possam obter retorno. Essencialmente eles constroem as infraestruturas necessárias no país para obter um retorno de dinheiro.” “A Rússia foi sempre um grande fornecedor de material militar e armamento, mas não creio que vá além disso.” 	4.1
E B3	<ul style="list-style-type: none"> “... não me parece que a cooperação militar seja a principal” 	

Quadro 21 - Excerto respostas à Q5 (Moçambique)

Q5	A cooperação militar entre a China, a Rússia, e Moçambique interfere, na sua opinião, com as relações de cooperação no domínio da defesa que Moçambique mantém com Portugal? De que forma?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “Um dos objetivos da cooperação no domínio da defesa, e um dos mais relevantes, é o de contribuir para a segurança e estabilidade interna de Moçambique através da formação de Forças Armadas apartidárias, subordinadas ao poder político e totalmente inseridas no quadro próprio de regimes democráticos (...) quer a China, quer a Rússia, não partilham dos mesmos valores e princípios, nomeadamente no que diz respeito ao apartidarismo e à conceção de democracia, a sua cooperação com Moçambique terá sempre um alto potencial de interferência na cooperação com Portugal.” 	5.1
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “Não se conhece interferência objetiva, porque o nosso modelo de Cooperação no Domínio da Defesa apenas se foca na Cooperação Técnico Militar (...) ao nível da formação e treino, que em nada tem a ver com as cooperações quer da Rússia quer da China.” “Portugal ao contrário dos outros países integra os militares dos PALOP quando fazem formação em Portugal nas turmas dos alunos nacionais. Os outros países fazem cursos distintos ou pelo menos turmas distintas. Nós temos um modelo de formação diferente, em África temos inclusivamente assessores residentes nas escolas deles. O nosso modelo é um modelo que já deu provas e está a ser implementado há bastante tempo o que nos leva a dizer que é um modelo consolidado.” “A China possui uma cooperação numa vertente mais económica. Investe essencialmente ao nível das infraestruturas.” “O problema com a cooperação militar com os países ocidentais é o facto de os países ocidentais não darem armamento e acaba por ser isso que depois eles tentam ir buscar a outro lado.” 	5.2
E B3	<ul style="list-style-type: none"> “Penso que o impacto não seja significativo” “... em termos de cooperação externa aplica-se a máxima de “não há vazios”, ou seja, se Portugal não garantir ou deixar de garantir algum apoio, outros logo se prontificam a garantir esse apoio.” 	5.2

Quadro 22 - Excerto respostas à Q6 (Moçambique)

Q6	Se considera que existe interferência nas cooperações de defesa entre Portugal e Moçambique, de que forma acha que as cooperações militares da Rússia e da China podem representar um risco para os interesses nacionais portugueses? Pode fornecer exemplos ou cenários possíveis?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> “O potencial de interferência que referi anteriormente manifesta-se sobretudo nos períodos de crise e de deriva autoritária, alturas em que Portugal, como país defensor dos princípios da liberdade e da democracia não poderá pactuar com violações grosseiras dos direitos humanos, ou atropelos à vontade popular (...) enquanto a China e a Rússia manifestam o apoio imediato ao Governo moçambicano, Portugal, não devendo e não podendo manifestar o mesmo apoio, está a colocar numa posição de fragilidade a sua comunidade de expatriados e os respetivos interesses económicos.” 	
E B2	<ul style="list-style-type: none"> “A cooperação da Rússia e da China com Moçambique não interfere com a nossa cooperação (...) a nossa cooperação é baseada na formação (...) nenhum desses países o faz como nós e com os nossos resultados.” 	6.1 6.3



	<ul style="list-style-type: none"> • “Se mantivermos a qualidade e consistência da formação que damos, iremos manter estas cooperações durante muito tempo. Para além da questão cultural e a própria língua, o facto de termos professores residentes nos estabelecimentos de ensino como na Academia Militar, Escola de Sargentos e no Instituto Superior de Estudos de Defesa (...) demonstra a grande diferença e a vantagem neste pilar da formação.” • “Existe também um outro projeto bastante interessante e emblemático que é o da formação de praças Fuzileiros (...) evoluiu para a autonomização da formação por parte das FADM (...) um bom exemplo na medida em que se conseguiu o objetivo: “não dar o peixe” mas “ensinar a pescar.”” 	6.2
E B3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não tenho dados para responder” 	

Quadro 23 - Excerto respostas à Q7 (Moçambique)

Q7	Como prevê que a cooperação militar entre a China, a Rússia e os países PALOP evolua nos próximos 5 a 10 anos? Quais os principais desafios e oportunidades a longo prazo?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> • “A maioria dos países PALOP, para além de terem sido apoiados por estes dois países nas suas lutas de libertação, adotaram os seus princípios e sistemas políticos que, de uma forma mais ou menos explícita, ainda professam.” • “... os aparelhos de segurança e defesa do Estado estão desde a sua génese formatados pelas influências russa e chinesa (...) considero que a cooperação com estes dois países se manterá sempre presente.” 	7.1
E B2	<ul style="list-style-type: none"> • “A Rússia não creio que evolua muito (...) não tem muita expressão (...) e que o modelo que preconizam não terá muita adesão.” • “Apesar de haver muito material russo, aliás, de praticamente todo o material ser russo, esse material está obsoleto e não tem havido muito fornecimento de material ultimamente. Apercebemo-nos disso quando começam os confrontos em Cabo Delgado, que acabam por expor as debilidades existentes ao nível do material.” • “Por exemplo as duas lanchas para patrulhamento que existem no Norte são indianas, não são russas.” • “A aposta russa e chinesa será sempre uma aposta no fornecimento de material, ou seja, o mesmo registo que tem vindo a ser feito até aqui.” • “Será muito difícil que eles passem a ocupar o nosso lugar ao nível da formação uma vez que eles não querem saber do desenvolvimento das forças armadas moçambicanas, se quisessem aquilo não estava no estado em que a EUTM encontrou quando lá chegou, que as únicas forças que sabiam combater eram os fuzileiros formados por nós em Catembe.” 	7.1
E B3	<ul style="list-style-type: none"> • “Não tenho dados para responder” 	

Quadro 24 - Excerto respostas à Q8 (Moçambique)

Q8	Considera que outras potências, como os Estados Unidos ou a União Europeia, estão a reagir à crescente cooperação militar entre a China, a Rússia e os PALOP? De que forma?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none"> • “Os Estados Unidos e a União Europeia estão preocupados com a cooperação militar entre a China, a Rússia e os PALOP, no entanto, será difícil dizer que estão a reagir” • “... podemos constatar, no caso dos Estados Unidos, a sua mudança de política externa, tendo efetuado um corte brusco no apoio ao desenvolvimento.” • “No caso da União Europeia, a falta de uma política externa que lide, de facto, com as questões de defesa, preferindo sempre utilizar as ferramentas de <i>soft power</i> em detrimento de soluções militares.” 	8.2
E B2	<ul style="list-style-type: none"> • “Os EUA estão fortemente empenhados no desenvolvimento do apoio médico às operações, foi uma área que eles abraçaram, principalmente no que concerne ao socorrismo tático ou socorrismo de combate. Acaba por ser uma área que envolve alguns recursos e os EUA são os grandes responsáveis por estas formações e por fornecer os equipamentos.” 	8.1



	<ul style="list-style-type: none">• “A União Europeia deu um forte impulso ao nível da formação e treino com a EUTM. O treino no combate à insurgência acabou por ser uma mais-valia para fazer face à insurgência em Cabo Delgado. A grande diferença é que a União Europeia organiza as forças e dá-lhes formação e treino, um pouco à semelhança daquilo que é feito na cooperação portuguesa.”	8.3
E B3	<ul style="list-style-type: none">• “Não. As preocupações atuais dos EUA e UE são outras, mesmo no que diz respeito a África.”	

Quadro 25 - Excerto respostas à Q9 (Moçambique)

Q9	Na sua opinião, a cooperação militar com a China e a Rússia reforça ou limita a autonomia estratégica de Moçambique? Porquê?	UR
E B1	<ul style="list-style-type: none">• “Quando a cooperação militar é prestada por países que fazem uso de um leque mais “alargado de princípios”, não impondo pré-condições de boa governança, de defesa de direitos de liberdade e de democracia, o país, ou quem o governa, goza de uma maior autonomia estratégica, podendo sempre encontrar apoio nos países menos escrupulosos”	9.2
E B2	<ul style="list-style-type: none">• “Creio que limita um pouco, quanto mais não seja pela questão do respeito pelo direito internacional. Ao associar-se à China e à Rússia que podem fornecer aquilo que os países ocidentais não fornecem, nomeadamente em termos de armamento, acaba por poder criar algum mal-estar com os países ocidentais”	9.1
E B3	<ul style="list-style-type: none">• “Não digo a cooperação militar, mas sim a cooperação noutros campos (especialmente no âmbito económico e de infraestruturas), porque é do conhecimento generalizado o estilo depredatório com que, com ênfase para a China, tenta ter acesso e explorar os recursos”	9.1

**Apêndice F – Unidades de Registo e Unidades de Enumeração****Quadro 26 – Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 1**

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
1.1	Compra de material	X	X		X			X		4	57%
1.2	Cooperação militar da China não é significativa	X	X	X				X	X	5	71%
1.3	Formação na China e na Rússia	X	X	X					X	4	57%
1.4	Rússia tem impacto informacional e diplomático	X								1	14%
1.5	Cooperação à base da assessoria	X	X		X					3	43%

Quadro 27 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 2

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
2.1	Não tem impacto na segurança	X								1	14%
2.2	Poderia ter impacto		X						X	2	29%
2.3	Tem impacto para as FFAA			X	X		X			3	43%

Quadro 28 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 3

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
3.1	Rússia tem impacto militar, informacional e diplomático	X			X		X	X		4	57%
3.2	China tem grande impacto económico		X	X	X		X	X	X	6	86%
3.3	Exploração de recursos			X	X				X	3	43%

Quadro 29 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 4

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
4.1	Economia é o elemento central da cooperação da China	X	X	X	X		X	X		6	86%
4.2	Cooperação militar é o elemento central para a Rússia	X	X	X						3	43%
4.3	Exploração de recursos	X	X	X	X		X			5	71%

Quadro 30 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 5

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
5.1	A cooperação com a Rússia interfere ou pode interferir com as nossas CDD	X	X		X		X			4	57%
5.2	As CDD portuguesas pode coexistir visto ser focada na formação		X	X	X			X	X	5	71%



Quadro 31 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 6

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
6.1	A Rússia e a China não colocam em causa a presença de CDD portuguesas	X	X	X				X		4	57%
6.2	A cultura e a língua têm muito peso para Portugal e PALOPs	X						X		2	29%
6.3	Portugal deveria explorar as oportunidades		X	X				X		3	43%

Quadro 32 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 7

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
7.1	A situação da cooperação militar vai-se manter como está	X	X	X			X	X		5	71%
7.2	Há um impasse entre escolher o apoio a Ocidente e a Oriente	X		X						2	29%
7.3	Tendência para gerir apoios de Ocidente e Oriente		X		X					2	29%

Quadro 33 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 8

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
8.1	Os E.U.A. têm feito bastantes investimentos	X		X	X			X		4	57%
8.2	A U.E. não faz grandes investimentos como organização e os que faz não têm visibilidade	X	X				X			3	43%
8.3	A U.E. teve um papel fundamental na EUTM							X		1	14%

Quadro 34 - Unidades de Registo e de Enumeração da Questão 9

Cód.	UR	Entrevistados							Resultados		
		E A1	E A2	E A3	E A4		E B1	E B2	E B3	UE	%
9.1	Limita	X	X	X				X	X	5	71%
9.2	Só reforça se tiverem autonomia e independência		X	X	X		X			4	57%



Apêndice G – Extratos dos Programas-quadro de Angola e Moçambique

Tendo por base o Acordo de Cooperação (...) vêm desenvolvendo uma profunda e ativa atividade de cooperação bilateral no domínio da Defesa, com o objetivo de contribuir para a produção de segurança.

Sendo esta uma área que releva da soberania, a mesma adquire um sentido estratégico no relacionamento entre os dois Estados, expresso num relacionamento próximo entre as estruturas da Defesa e militares de ambos os países, que tem permitido a troca de experiências e a realização de ações de capacitação, de ensino e de formação, com evidentes mais-valias comuns.

Para além das realidades securitárias nos espaços geográficos de inserção de cada um dos países, existe, atualmente, um conjunto de riscos e ameaças comuns, como sejam a ciberdefesa, a segurança marítima, as catástrofes naturais e a resposta a emergências, as alterações climáticas e o terrorismo, e de desafios igualmente comuns, como o da estabilidade, da paz e do desenvolvimento, da igualdade de género e da Agenda "Mulheres, Paz e Segurança" e da saúde militar, entre outros, que uma abordagem cooperativa bilateral pode ajudar a enfrentar. Na preparação e definição das respostas a tais riscos, ameaças e desafios importa que ambos os países contribuam, também, para uma abordagem cada vez mais integrada e capacitada da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em particular da sua Componente de Defesa, que se constitui como um instrumento fundamental na prossecução de interesses comuns dos seus Estados-Membros.

É neste contexto que importa definir um novo quadro de cooperação bilateral no domínio da Defesa, que (...) esteja alinhado, do ponto de vista estratégico e temporal, com o Programa Estratégico de Cooperação celebrado entre ambos os Estados, e com o qual se pretende:

Angola	Moçambique
<ul style="list-style-type: none">• Desenvolver o diálogo político-estratégico na esfera da Defesa;• Manter o apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas Angolanas;• Apoiar o Exército, a Força Aérea Nacional e a Marinha de Guerra Angolana;• Apoiar o processo de ensino nos Estabelecimentos de Ensino Militar das Forças Armadas Angolanas;• Manter a oferta formativa em Portugal, com especial enfoque nas áreas que conferem grau académico;• Desenvolver, com as Forças Armadas Angolanas, as condições que permitam a participação, em conjunto, das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e humanitárias;• Desenvolver projetos e atividades no domínio da segurança marítima, dada a importância	<ul style="list-style-type: none">• Introduzir, no apoio à Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM), áreas inovadoras;• Garantir uma abordagem mais integrada ao apoio ao ensino militar em Moçambique, seja na vertente do ensino superior militar, seja ao nível da formação da categoria de Sargentos;• Apoiar o Exército de Moçambique;• Apoiar a Marinha de Guerra de Moçambique;• Apoiar a Força Aérea de Moçambique;• Fortalecer a formação e capacitação em operações de contra terrorismo através de uma componente formativa prática de forças especiais (forças tipo "Comando", de Operações Especiais, de Fuzileiros e de operações aéreo táticas);• Criar condições para a participação conjunta das Forças Armadas de ambos os países em missões de paz e humanitárias;



<p>estratégica que o mar assume para ambos os países, tendo em vista, entre outros, o problema da Segurança Marítima na Região Ocidental de África, em particular no Golfo da Guiné, e apoiar plenamente a arquitetura de Yaoundé;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar seguimento aos instrumentos bilaterais existentes na área da saúde militar; • Realizar atividades conjuntas na área inspetiva ligada à Defesa Nacional; • Apoiar a capacitação de oficiais e de quadros seniores do Ministério da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas na conceção de documentos doutrinários e de planeamento estratégico-militar, em especial no domínio da programação militar; • Dar um novo impulso à relação bilateral no domínio das indústrias de Defesa; 	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar a apostar na formação em Portugal, de forma articulada com a que já é disponibilizada por Moçambique, com especial enfoque em áreas de conceptualização, organização, planeamento, planeamento estratégico e formadores/professores, nas áreas da formação e ensino, das operações e da organização; • Desenvolver a área inspetiva ligada à Defesa Nacional;
<ul style="list-style-type: none"> • Possibilitar atividades nos domínios da ciberdefesa, cartografia, hidrografia, da resposta militar a catástrofes naturais, a situações de emergência e às alterações climáticas e à Agenda "Mulheres, Paz e Segurança"; • Abrir a possibilidade do desenvolvimento de ações de cooperação de natureza trilateral, envolvendo outro país ou organização internacional, regional ou sub-regional. 	

Angola

Cláusula 1ª

Os Signatários aprovam os seguintes projetos de Cooperação no Domínio da Defesa para o período de 2022-2026, cujas fichas de projeto, uma vez acordadas e assinadas pelos respetivos Diretores de Política de Defesa, fazem parte integrante deste Programa-Quadro:

Projeto	Designação	Objetivo Geral
1	Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas	Apoiar a Estrutura Superior da Defesa Nacional e das Forças Armadas Angolanas
2	Exército	Apoiar o Exército
3	Força Aérea Nacional	Apoiar a Força Aérea Nacional
4	Marinha de Guerra Angolana	Apoiar a Marinha de Guerra Angolana
5	Escola Superior de Guerra	Apoiar a Escola Superior de Guerra

Moçambique

Cláusula 1ª

Os Signatários (...) período de 2021-2026 (...) Programa-Quadro:

Projeto	Designação	Objetivo Geral
1	Estrutura Superior da Defesa e das Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM)	Apoiar a Estrutura Superior da Defesa e das FADM
2	Exército de Moçambique	Apoiar o Exército de Moçambique
3	Marinha de Guerra de Moçambique	Apoiar a Marinha de Guerra de Moçambique
4	Força Aérea de Moçambique (FAM)	Apoiar a Força Aérea de Moçambique
5	Ensino Militar	Apoiar a Academia Militar "Marechal Samora Machel" (AMMSM), o Instituto Superior de Estudos de Defesa "Tenente-general Armando Emílio Guebuza" (ISEDEF) e a Escola de Sargentos das FADM (ESFADM)
6	Formação e capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contra terrorismo	Apoiar a formação e capacitação das Forças Armadas de Defesa de Moçambique em operações de contra terrorismo